
J. Macêdo S.A.

***Demonstrações contábeis
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	18
Demonstrações contábeis	
Balanço patrimonial.....	23
Demonstração do resultado.....	24
Demonstração do resultado abrangente	25
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	26
Demonstração dos fluxos de caixa	27
Demonstração do valor adicionado.....	28
Notas explicativas às demonstrações contábeis	29
Declarações dos Diretores sobre as demonstrações contábeis.....	67
Parecer do Comitê de Auditoria sobre as demonstrações contábeis	68



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022



Orgulho do que somos e
paixão pelo que seremos.

 **J. Macêdo**
O sabor de fazer bem feito



Mensagem da Administração

O ano de 2022 trouxe para a J. Macêdo um mix de sentimentos, com destaque para a enorme satisfação de dever cumprido na nossa missão de “fazer bem feito”, mas também momentos de profunda tristeza com a perda de pessoas queridas, como José Honório Gonçalves de Tófoli, que liderou a J. Macêdo nas funções de CEO e Presidente do Conselho de Administração entre dezembro de 2019 e agosto de 2022, funções essas que só haviam sido exercidas simultaneamente pelo nosso fundador José Dias de Macêdo. Nas palavras da Família Macêdo, *“a exuberante performance que Honório e seu time alcançaram nos últimos anos, colocou a J. Macêdo no melhor padrão de gestão e rentabilidade das empresas brasileiras do setor do trigo, reforçando a imagem de robustez, integridade e credibilidade do nosso grupo econômico”*.

Com o time formado pelas “pratas da casa” após a estratégia de mudança na operacionalização do negócio iniciada três anos atrás, em 2022 continuamos com avanços muito consistentes, performando os melhores resultados da história da J. Macêdo com um novo recorde de EBITDA, que chegou ao montante de R\$ 443,1 milhões (2021: R\$ 259,7).

Apesar de todos os desafios enfrentados no Brasil e no mundo, sobretudo com os impactos da Guerra entre a Rússia e a Ucrânia, dois grandes produtores e exportadores de trigo, que perdura desde fevereiro de 2022, conseguimos alavancar como nunca nossos resultados e esperamos continuar nessa escala de crescimento sustentável que temos conquistado nos últimos anos.

Em 2023 a Companhia continuará focada na consolidação de seus resultados, buscando maior crescimento e rentabilidade. Está em elaboração o planejamento estratégico com horizonte de cinco anos, tendo como meta o crescimento sustentável com foco na venda dos produtos de maior valor agregado.

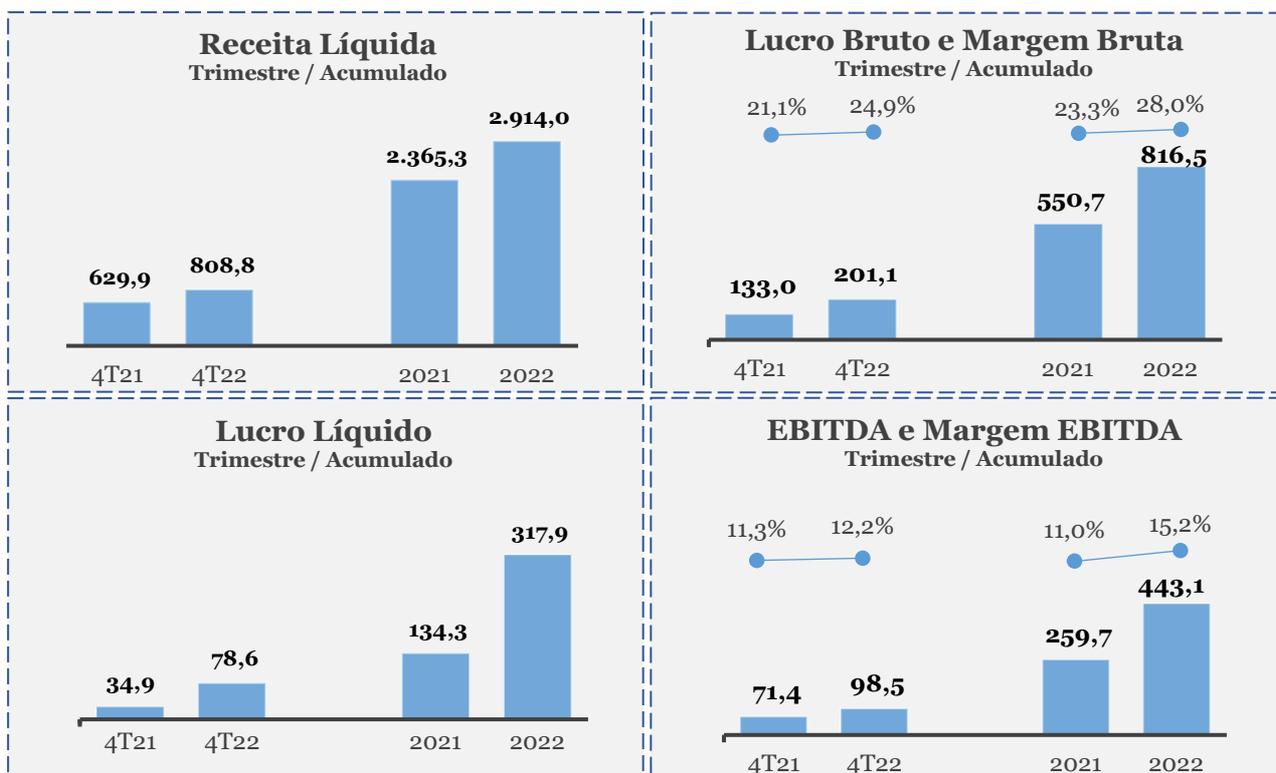
Agradecemos a força, garra e dedicação de nosso time de profissionais, a confiança e o apoio dos acionistas, investidores, clientes e fornecedores, reafirmando nosso compromisso de trabalhar com ética, inovação, responsabilidade e respeito pelas pessoas e pelo meio ambiente.

Irineu J. Pedrollo
Diretor Presidente



Destaques do período

-  Em 2022 a Fitch Ratings atribuiu pela primeira vez à J. Macêdo S.A. o Rating Nacional de Longo Prazo 'AA-(bra)'; Perspectiva Estável.
-  A receita líquida de 2022 foi de R\$ 2.914,0 milhões, um crescimento de 23,2% em relação ao mesmo período de 2021 que foi de R\$ 2.365,3. No 4T22 atingimos R\$ 808,8 milhões, um acréscimo de 28,4% em relação ao 4T21, no montante de R\$ 629,9.
-  Atingimos R\$ 816,5 milhões de lucro bruto no acumulado de 2022, 48,3% maior que os R\$ 550,7 milhões do mesmo período de 2021. No 4T22 atingimos R\$ 201,1 milhões, uma evolução de 51,2% comparado aos R\$ 133,0 milhões do 4T21.
-  O lucro líquido acumulado em 2022 atingiu os R\$ 317,9 milhões, um avanço de 136,7% em relação ao ano de 2021, com R\$ 134,3 milhões. No 4T22 atingiu os R\$ 78,6 milhões, uma evolução de 125,2%, comparado aos R\$ 34,9 milhões do 4T21.
-  O EBITDA cresceu de R\$ 259,7 milhões em 2021 para R\$ 443,1 milhões em 2022, um avanço de 70,6% no comparativo dos períodos. No quarto trimestre de 2022 atingiu R\$ 98,5 milhões, um avanço de 38,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 71,4 milhões.





Indicadores

	4T22	4T21	Var%	2022	2021	Var%
<i>Volume de vendas (mil toneladas)</i>	193,8	199,2	-2,7	750,1	813,5	-7,8
Receita bruta	927,4	719,5	28,9	3.310,5	2.691,5	23,0
Receita líquida	808,8	629,9	28,4	2.914,0	2.365,3	23,2
CPV	(607,7)	(496,9)	22,3	(2.097,5)	(1.814,6)	15,6
Lucro bruto	201,1	133,0	51,2	816,5	550,7	48,3
Despesas com vendas	(86,2)	(69,6)	23,9	(303,2)	(260,6)	16,3
Despesas gerais e administrativas	(29,3)	(16,0)	83,1	(104,1)	(77,6)	34,1
Depreciação/amortização	(2,1)	(2,7)	-22,2	(8,9)	(11,1)	-19,8
Honorários da administração	(1,6)	(1,3)	23,1	(6,2)	(5,2)	19,2
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	1,9	13,2	-85,6	(6,7)	5,4	-
Receitas (despesas) financeiras	(1,6)	(21,0)	-92,4	(67,7)	(62,3)	8,7
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,3	-	(0,1)	0,5	-
Lucro antes do IR/CSLL	82,2	35,9	129,0	319,6	139,8	128,6
Imposto de renda e contribuição social	(3,6)	(1,0)	260,0	(1,7)	(5,5)	-69,1
Lucro líquido	78,6	34,9	125,2	317,9	134,3	136,7
EBITDA	98,5	71,4	38,0	443,1	259,7	70,6
<i>Margem bruta</i>	24,9%	21,1%	3,8 p.p.	28,0%	23,3%	4,7 p.p.
<i>Despesas com vendas</i>	-10,7%	-11,0%	0,3 p.p.	-10,4%	-11,0%	0,6 p.p.
<i>Despesas gerais e administrativas</i>	-3,6%	-2,5%	-1,1 p.p.	-3,6%	-3,3%	-0,3 p.p.
<i>Depreciação/amortização</i>	-0,3%	-0,4%	0,1 p.p.	-0,3%	-0,5%	0,2 p.p.
<i>Honorários da administração</i>	-0,2%	-0,2%	-	-0,2%	-0,2%	-
<i>Outras receitas (despesas) operacionais líquidas</i>	0,2%	2,1%	-1,9 p.p.	-0,2%	0,2%	-
<i>Margem líquida</i>	9,7%	5,5%	4,2 p.p.	10,9%	5,7%	5,2 p.p.
<i>Margem EBITDA</i>	12,2%	11,3%	0,9 p.p.	15,2%	11,0%	4,2 p.p.



Destaques Governança

Prêmios, Realizações e Reconhecimentos

- ✓ No início do ano de 2022 lançamos para o nosso time, clientes e parceiros de negócios a nova Arquitetura de Marcas da J. Macêdo, tendo como um dos principais objetivos fortalecer nossas marcas regionalmente e nacionalmente, organizando melhor nossos produtos e facilitando a identificação de cada um deles pelo público.
- ✓ Pelo 23º ano consecutivo, a nossa marca Dona Benta é líder de vendas em Farinha de uso doméstico, segundo dados da ABRAS – Associação Brasileira de Supermercados, em parceria com a NielsenIQ.
- ✓ Em maio de 2022 a J. Macêdo foi homenageada pela Revista Forbes como uma das gigantes do agronegócio brasileiro no *Forbes Agro100 Power Dinner*, com a premiação “Os Melhores do Agro no Brasil 2022”, na categoria Alimentos e Bebidas. Temos muito orgulho de estar na lista das 100 maiores empresas do agronegócio brasileiro, como um dos players que têm mantido o Brasil no topo da pauta da alimentação da população mundial.
- ✓ No dia 09 de setembro de 2022 a J. Macêdo comemorou seus 83 anos, ocasião em que foi realizada a Convenção de Vendas 2022 em formato híbrido, com o tema “Origens” e o lema “Orgulho do que somos e paixão pelo que seremos!”. O evento contou com a participação do nosso saudoso Presidente do Conselho de Administração, José Honório Gonçalves Tófoli, do novo Presidente Executivo, Irineu José Pedrollo e de todos os gestores da Companhia.
- ✓ Nossas unidades de São José dos Campos, Moinho Londrina e Moinho Fortaleza vem mantendo ano após ano a Certificação Internacional FSSC 22.000 (*Food Safety System Certification* 22.000). Em 2022 tivemos, inclusive, auditoria externa surpresa e com “zero” registro de não-conformidade. Nossas unidades da Bahia estão em preparação na busca pela Certificação, com a realização de auditoria externa prevista para o primeiro trimestre de 2023. De reconhecimento e validade internacional, essa certificação aumenta a confiança dos nossos consumidores e possibilita a melhoria contínua dos processos, demonstrando que a J. Macêdo dispõe de um sistema de gestão de segurança de alimentos robusto e eficaz, além de abrir a possibilidade de acesso aos mais exigentes mercados globais.
- ✓ A J. Macêdo, atenta às boas práticas de governança de TI e preocupada com o aumento dos ataques cibernéticos, focou no investimento de novas ferramentas de proteção e detecção de ataques, visando proteger seus dados, ativos computacionais e manter a continuidade das operações de negócio, além de fortalecer a capacitação de seus colaboradores e terceiros nos temas relacionados à segurança da informação. Nesse sentido, renovamos e ampliamos o contrato de Serviços Gerenciados de Segurança da Informação (MSS), implantamos a ferramenta de SIEM – Gerenciamento e Correlação de Eventos de Segurança, SOC – Centro de Operações de Segurança e Gestão de Vulnerabilidades, o segundo fator de autenticação e atualizamos todos os firewalls – hardware e software.



- ✓ Retomamos em 2022 o nosso Ciclo de Pesquisa de Clima, com a participação de 97% do nosso time de ativos e 82% de Média Geral de Favorabilidade, um resultado acima dos patamares de mercado encontrados entre as melhores empresas para se trabalhar.
- ✓ A J. Macêdo tem buscado de forma permanente tornar suas operações cada vez mais eficientes, seguras e ambientalmente sustentáveis, através da redução do consumo de recursos naturais e da diminuição do impacto ambiental na cadeia produtiva. Em 2022 a Companhia iniciou o uso de filme plástico flexível 100% reciclado para enfiamento dos produtos de forma gradual, prevendo a substituição completa em todas as suas unidades.
- ✓ Dentro do plano de constante atualização tecnológica do parque industrial, concluímos o Projeto de Modernização do Diagrama D de moagem do Moinho Fortaleza, uma iniciativa idealizada e executada 100% pelo nosso time local. Este projeto, que teve como objetivos o aumento de eficiência e segurança operacional e da qualidade de nossos produtos, contou com novos e modernos bancos de moagem, além da realização de adequações civis, novas instalações elétricas e upgrade dos sistemas de automação.

Destaques econômico-financeiros

Desempenho das categorias

A companhia segrega a receita bruta em 4 grupos, evidenciando percentualmente o impacto das categorias na composição da receita histórica nos exercícios de 2022 e 2021.

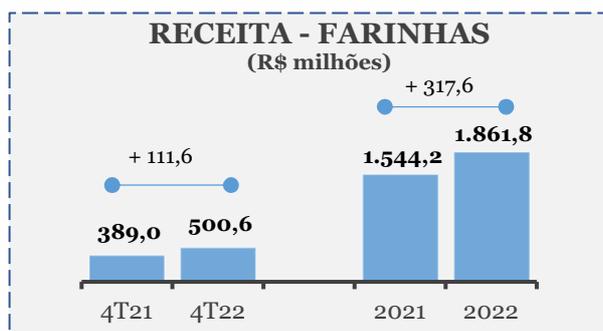
Composição da Receita Bruta de Vendas



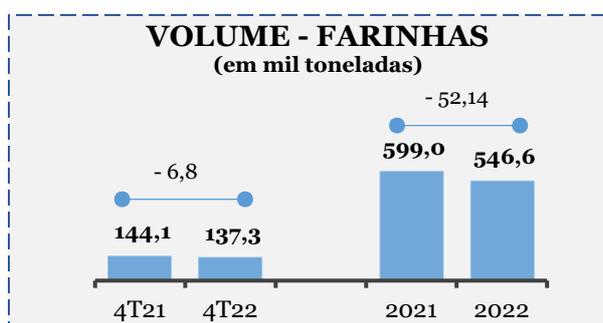


Farinhas e farelo

A receita bruta dessa categoria acumulada em 2022 foi de R\$ 1.861,8, um avanço de 20,6% em comparação ao montante de R\$ 1.544,2 atingido em 2021. No quarto trimestre de 2022 atingiu R\$ 500,6 milhões, um avanço de 28,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 389,0 milhões.

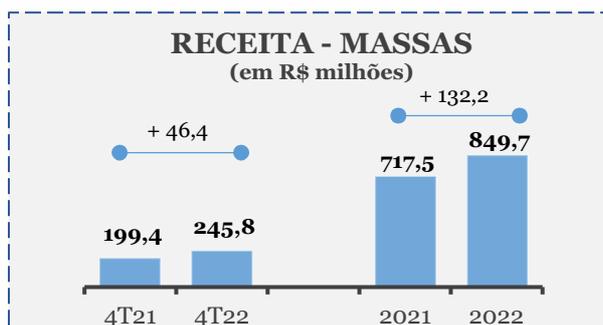


O volume de farinhas no acumulado de 2022 reduziu 8,8% em relação ao mesmo período de 2021, atingindo 546,6 mil t (2021: 599,0 mil t). O volume faturado dessa categoria no ano de 2022 representa 72,9%, uma redução de 0,8 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. No 4T22 o volume foi de 137,3 mil t, uma redução de 4,7% em relação ao 4T21.



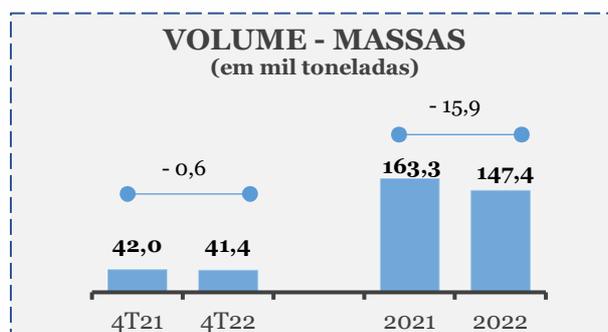
Massas

A receita bruta dessa categoria no acumulado de 2022 foi de R\$ 849,7 milhões, um crescimento de 18,4% em comparação aos R\$ 717,5 milhões atingidos no mesmo período de 2021. No 4T22 a receita bruta atingiu R\$ 245,8 milhões, um avanço de 23,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 199,4 milhões.





O volume acumulado da categoria de massas em 2022 foi de 147,4 mil t, uma redução de 9,7% comparado aos 163,3 mil t acumulado no mesmo período de 2021. O volume faturado dessa categoria no ano de 2022 representa 19,7%, sendo 0,4 p.p. menor em relação ao ano de 2021. O volume faturado no quarto trimestre foi de 41,4 mil t, uma redução de 1,3% quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 42,0 mil t.



Outras categorias

A receita bruta da categoria de *Misturas* no acumulado de 2022 foi de R\$ 194,3 milhões, um aumento de 27,2% comparado a 2021. No quarto trimestre de 2022 totalizou R\$ 53,4 milhões, um crescimento de 35,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, com R\$ 39,5 milhões. No ano de 2022 o volume faturado líquido atingiu 21,6 mil t, um avanço de 3,6% em relação ao mesmo período de 2021. No acumulado de 2022, o volume faturado líquido dessa categoria representa 2,9%, 0,3 p.p. maior que no acumulado de 2021, com 2,6%.

A receita bruta para as categorias de *Biscoitos*, *Sobremesas* e *Fermentos* totalizou o montante de R\$ 399,0 milhões no acumulado de 2022, crescendo 46,1% quando comparado ao acumulado em 2021. O volume no acumulado de 2022 atingiu 34,5 mil t, 13,8% maior que os 30,3 mil t atingidos no ano de 2021. O volume faturado dessas categorias no 4T22 foi de 9,3 mil t, um acréscimo de 14,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que foi de 8,1 mil toneladas.

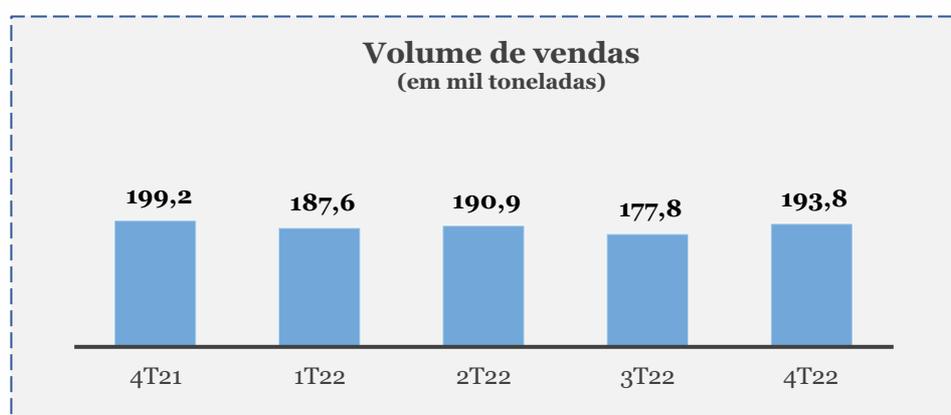
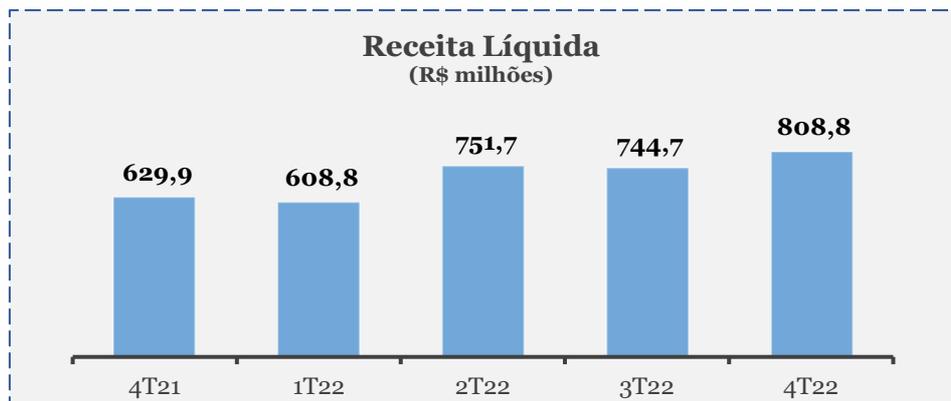
Receita líquida / Volume

A receita líquida da Companhia no acumulado de 2022 foi de R\$ 2.914,0 milhões, um crescimento de 23,2% em relação ao mesmo período de 2021. No quarto trimestre de 2022 foi de R\$ 808,8 milhões, 28,4% superior ao mesmo período do ano anterior.

O volume de vendas líquido de 2022 foi de 750,1 mil t, 7,8% menor que os 813,5 mil t do acumulado de 2021. No quarto trimestre de 2022 foi de 193,8 mil t, 2,7% menor que no mesmo trimestre de 2021, com 199,2 mil t.

Faturamento / Volume	4T22	4T21	Var%	2022	2021	Var%
Faturamento líquido	808,8	629,9	28,4	2.914,0	2.365,3	23,2
Volume faturado líquido*	193,8	199,2	-2,7	750,1	813,5	-7,8

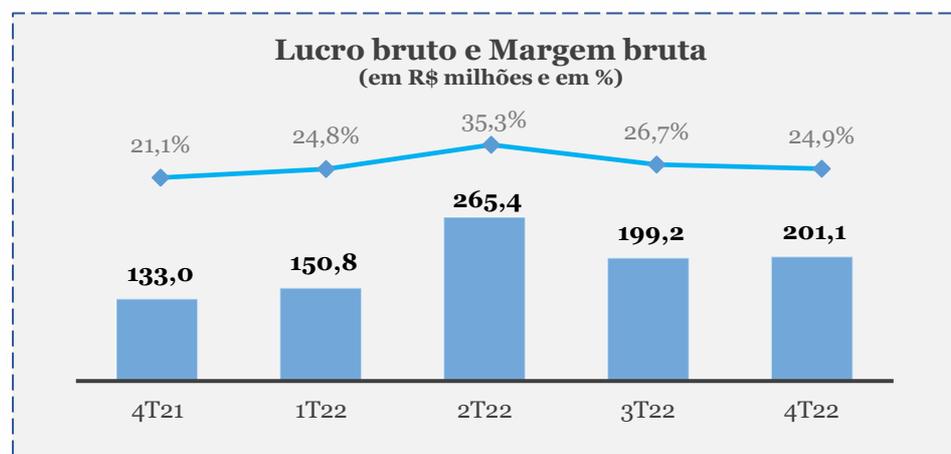
* Em milhares de toneladas



Lucro bruto

O Lucro bruto atingido no acumulado de 2022 foi de R\$ 816,5 milhões, 48,3% maior que os R\$ 550,7 milhões de 2021. No quarto trimestre de 2022 alcançamos R\$ 201,1 milhões, 51,2% maior se comparado ao mesmo período de 2021, quando atingimos R\$ 133,0 milhões.

No acumulado de 2022 a margem bruta alcançou 28,0%, avançando 4,7 p.p. em relação ao mesmo período de 2021. No quarto trimestre de 2022 alcançamos 24,9% de margem, um aumento de 3,8 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2021.



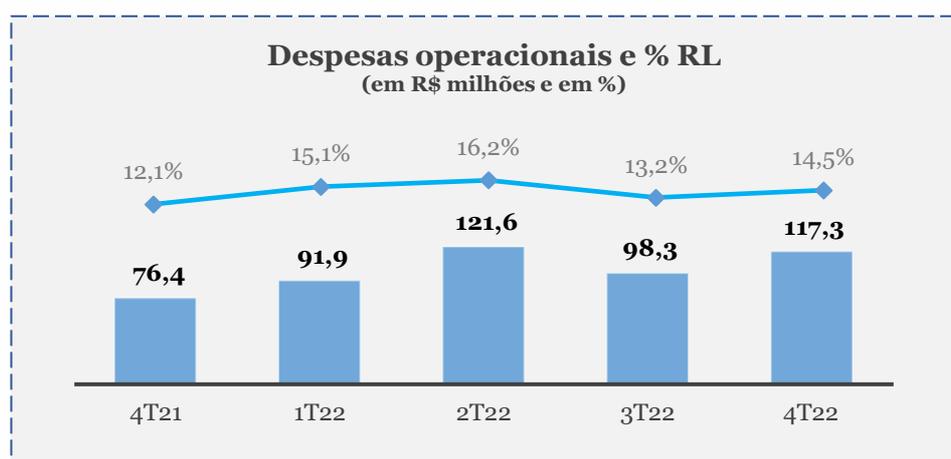


Despesas operacionais

O montante de despesas operacionais nos doze meses de 2022 foi de R\$ 429,1 milhões, um aumento de 22,9% em comparação ao mesmo período de 2021, que foi de R\$ 349,1 milhões. No quarto trimestre de 2022 atingimos R\$ 117,3 milhões, um aumento de 53,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior, que foi R\$ 76,4 milhões.

As despesas com vendas em 2022 somaram R\$ 303,2 milhões, um aumento de 16,3% comparado com os R\$ 260,6 milhões do mesmo período do ano anterior. No 4T22 atingimos R\$ 86,2 milhões, 23,9% maior que o 4T21. Os principais impactos são devidos ao aumento no custo dos fretes e investimentos na área comercial, visando melhorar e garantir o posicionamento das nossas marcas.

As despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 104,1 milhões no acumulado de 2022, um crescimento de 34,1% se comparado aos R\$ 77,6 milhões do ano de 2021, em decorrência principalmente do aumento nos gastos com pessoal. No 4T22 atingimos R\$ 29,3 milhões, um aumento de 83,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 16,0 milhões.



Resultado financeiro líquido

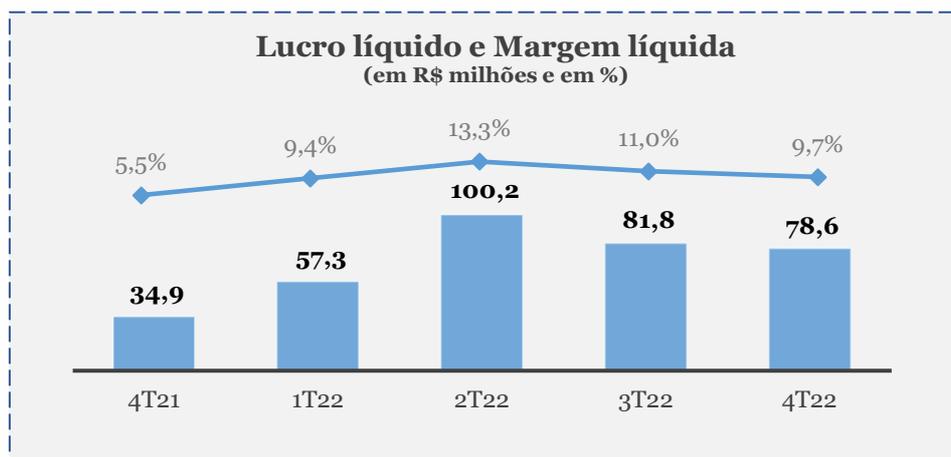
O resultado financeiro líquido negativo no acumulado de 2022 foi de R\$ 67,7 milhões, um aumento de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 62,3 milhões, impactado pelo aumento da taxa selic.

Resultado financeiro	4T22	4T21	Var%	2022	2021	Var%
Receitas financeiras	8,4	6,3	33,3	24,7	15,2	62,5
Despesas financeiras	(6,1)	(21,7)	-71,9	(110,3)	(65,2)	69,2
Variações cambiais fornecedores	(2,0)	(3,9)	-48,7	(6,2)	(10,9)	-43,1
Ajuste a valor de mercado, líquido	(1,9)	(1,7)	11,8	24,1	(1,4)	-
Total	(1,6)	(21,0)	-92,4	(67,7)	(62,3)	8,7



☞ Lucro líquido

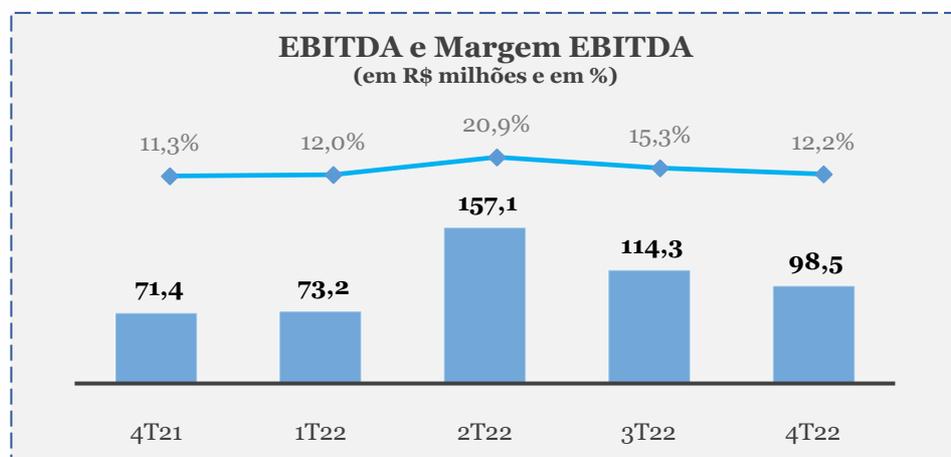
No ano de 2022 a Companhia acumulou um lucro líquido de R\$ 317,9 milhões, representando um crescimento de 136,7% quando comparado ao mesmo período de 2021, que foi de R\$ 134,3 milhões. No 4T22 atingimos R\$ 78,6 milhões, um aumento de 125,2% comparado aos R\$ 34,9 milhões alcançados no 4T21.



☞ EBITDA

A Companhia encerra o ano de 2022 com R\$ 443,1 milhões de EBITDA, um crescimento de 70,6% se comparado com os R\$ 259,7 milhões no mesmo período de 2021. No quarto trimestre de 2022 alcançamos R\$ 98,5 milhões, 38,0% maior comparando com o 4T21.

A margem EBITDA do ano de 2022 foi de 15,2%, um crescimento de 4,2 p.p. em relação ao ano de 2021, que foi de 11,0%. No 4T22 alcançamos 12,2%, um incremento de 0,9 p.p. em relação ao 4T21.





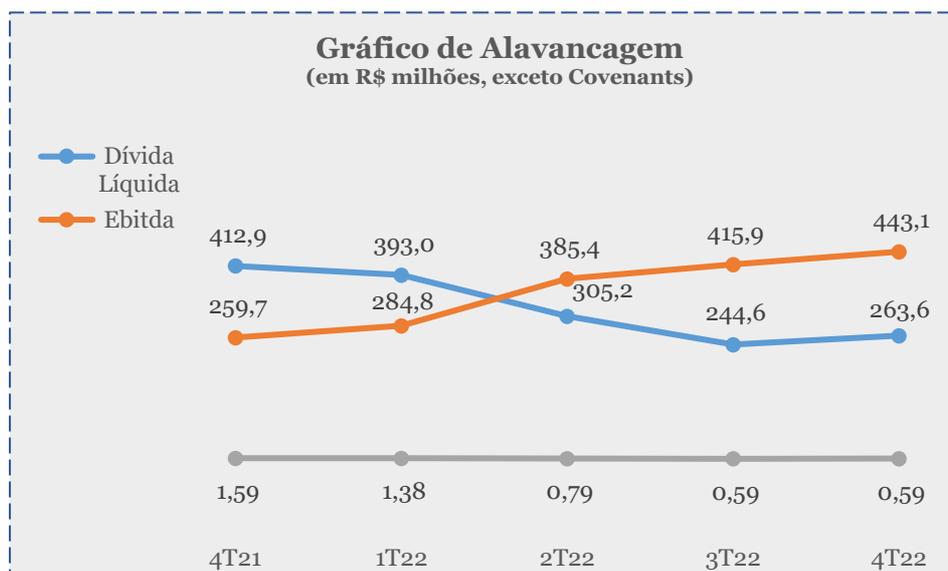
Reconciliação do EBITDA	4T22	4T21	Var%	2022	2021	Var%
Lucro líquido do período	78,6	34,9	125,2	317,9	134,3	136,7
Depreciação e amortização	14,7	14,5	1,4	55,8	57,6	-3,1
Resultado financeiro líquido	1,6	21,0	-92,4	67,7	62,3	8,7
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	3,6	1,0	260,0	1,7	5,5	-69,1
EBITDA	98,5	71,4	38,0	443,1	259,7	70,6

Endividamento

Encerramos o ano de 2022 com uma redução de R\$ 149,3 milhões na dívida líquida, uma variação de 36,2% ao compararmos com o mesmo período de 2021, impactada pela geração de caixa no período e liquidação do valor nominal unitário da 4ª emissão de Debêntures em agosto de 2022.

Dívida líquida	4T22	4T21	Var%	3T22	Var%
Curto prazo	115,8	171,8	(32,6)	124,6	(7,1)
Empréstimos e financiamentos	64,3	94,7	(32,1)	89,1	(27,8)
Debêntures	51,5	77,1	(33,2)	35,5	45,1
Longo prazo	326,9	394,7	(17,2)	347,8	(6,0)
Empréstimos e financiamentos	52,6	84,8	(38,0)	59,3	(11,3)
Debêntures	274,3	309,9	(11,5)	288,5	(4,9)
Total endividamento	442,7	566,5	(21,9)	472,4	(6,3)
(-) Caixa	(170,8)	(140,8)	21,3	(222,5)	(23,2)
(-) Aplicação Financeira	-	(13,8)	-	-	-
(-) Instrumentos financeiros derivativos	(8,3)	1,0	-	(5,5)	50,9
Dívida líquida	263,6	412,9	(36,2)	244,4	7,9

O endividamento líquido no 4T22 é de R\$ 263,6 milhões e relação de dívida líquida pelo EBITDA (últimos 12 meses) é de 0,59, uma redução de 62,6% em relação ao período anterior, que representava 1,59.



Desempenho do trigo

Apesar de não trazer grande volatilidade para o mercado de trigo ao longo do quarto trimestre de 2022, o conflito Rússia x Ucrânia ainda é um fundamento importante para a atual situação mundial. Como não houve nenhum fato novo relevante relacionado à guerra, assim como a oferta da safra nova de inverno no hemisfério sul, os preços de trigo apresentaram uma redução ao longo dos últimos três meses do ano. Outro fator importante que pesou no mercado e pressionou para baixo os preços de trigo foi a safra recorde da Rússia, superando 100 milhões de toneladas.

No mercado de trigo nacional o quarto trimestre foi diretamente impactado pela colheita da safra nacional. O Rio Grande do Sul teve uma safra recorde com boa qualidade para o mercado doméstico e o Paraná teve perdas de produção e qualidade em função do clima ao longo do período em que o trigo esteve no campo. Considerando a grande oferta de trigo do Brasil, se faz necessário a exportação e consequentemente o preço do produto passa a se relacionar com a paridade internacional de exportação, sendo impactado pelos fundamentos mundiais e volatilidade do dólar.

Com a colheita finalizada ao longo do último trimestre, a logística e disponibilidade de espaço para armazenagem acabam sendo fundamentos importantes e trazem pressão para os preços, já que é necessário se preparar para a chegada da safra de verão. Considerando a junção dos fundamentos ocorridos nos últimos três meses, observamos redução do preço do trigo nacional no período em questão.

Durante os últimos três meses do ano, foi constatada uma perda de mais de 10 milhões de toneladas de trigo da safra argentina, causada pela estiagem na região. Considerando isso, o governo argentino desobrigou os exportadores a executarem as licenças de exportação no período pré-estabelecido, tirando assim a pressão de venda do mercado. A combinação desses dois fatores diminuiu a oferta de trigo na região, forçando o Brasil a adquirir trigo de outras origens como Uruguai, Rússia e viabilizando trigo nacional embarcado no Rio Grande do Sul (via cabotagem).



O mercado de frete marítimo, importante na formação do custo de importação, começa a apresentar viés de baixa muito em função de uma possível recessão global e do fechamento da china devido à piora da pandemia do COVID nesse país.

O trigo é a principal matéria-prima da Companhia e, por ser uma commodity, sofre impacto de diversas variáveis como clima, conflitos geográficos e intervenções governamentais. O ano de 2022 apresentou grande volatilidade para os preços do trigo ao redor do mundo com uma valorização de mais de 50% ao longo do período, tendo sido influenciado basicamente pelo conflito Rússia x Ucrânia, dois relevantes exportadores do produto no mercado global. O clima também teve seu papel beneficiando Rússia e Austrália com supersafras e punindo Argentina e Estados Unidos com cortes de produção causados pela estiagem. Intervenções governamentais também tiveram um papel importante do decorrer do ano na Argentina e Rússia, dificultando a saída do trigo com o propósito de conter a inflação causada pela alta de preços em decorrência da guerra.

A J. Macêdo acompanha diariamente as movimentações do mercado de trigo internacional, nacional e de fretes marítimos e mede sua eficiência comparando seus preços médios de compra com indicadores de mercado. Para trigo importado usamos como referência os valores médios FOB das importações no período divulgados pelo Ministério da Economia (Comex Stat). Para trigo nacional utilizamos o indicador divulgado pela consultoria Safras e Mercado. O custo médio das compras de trigo da Companhia no quarto trimestre estiveram 1,32% acima e 7,3% abaixo das médias referenciais do mercado para trigo nacional e importado, respectivamente.



Auditoria independente

Em atendimento à Resolução CVM 162/2022 e às políticas internas da Companhia informamos que, desde a contratação da PricewaterhouseCoopers (“PwC”) como empresa de auditoria independente, todos os requerimentos desta instrução foram atendidos.

As informações não financeiras da Companhia não foram revisadas pelos Auditores Independentes.

Nos termos da Resolução CVM 80/2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão do auditor independente e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2022. Essas demonstrações financeiras foram apresentadas e aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 20/03/2023.

Disclaimer

As declarações contidas neste relatório relativas à perspectiva dos negócios da Companhia e ao potencial de crescimento dela constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas expectativas da administração em relação ao seu futuro. Essas expectativas são altamente dependentes de mudanças no mercado e no desempenho econômico geral do País, do setor e dos mercados internacionais; estando, portanto, sujeitas a mudanças.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
J. Macêdo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da J. Macêdo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da J. Macêdo S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J. Macêdo S.A. e da J. Macêdo S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

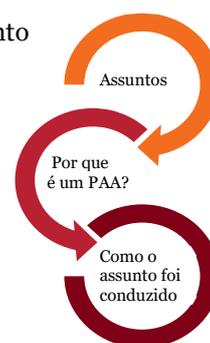
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Reconhecimento de Receitas

Conforme descrito na nota explicativa 1, a Companhia opera na comercialização de seus produtos com unidades produtivas nas Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, e centros de distribuição nos principais mercados do Brasil, embarcando diariamente grande quantidade de produtos para seus clientes, que são transportados por caminhões de transportadoras independentes, com entregas em todas as regiões do país.

Em virtude da relevância das transações de venda, assim como elevado volume e pulverização, o reconhecimento das receitas, seja na sua totalidade, assim como o período de competência correto, de acordo com as práticas contábeis vigentes, foi considerado um risco relevante que demandou mais esforços em nossa auditoria.

Em função desses aspectos, consideramos que o reconhecimento da receita, especialmente quanto a sua totalidade e ao seu correto período de registro, uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria foram os seguintes:

- (a) Obtivemos entendimento dos processos de negócio e dos controles internos estabelecidos pela Administração para identificação, acompanhamento e contabilização das receitas de vendas;
- (b) Efetuamos o confronto das informações contidas no relatório analítico de receita, extraído do sistema de faturamento com a receita reconhecida no sistema contábil para todo o exercício de 2022;
- (c) Através de base amostral, selecionamos transações de vendas ocorridas ao longo do exercício de 2022 e inspecionamos os termos contratuais e/ou pedidos de clientes, e suas correspondentes obrigações de desempenho, assim como liquidação financeira;
- (d) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta, através de inspeção dos canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de



J. Macêdo S.A. e suas controladas

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

corte das vendas; e

(e) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que nossos procedimentos de auditoria nos proporcionaram evidências apropriadas e suficientes em relação aos critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no período de competência correto nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



J. Macêdo S.A. e suas controladas

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a



J. Macêdo S.A. e suas controladas

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 20 de março de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Helena de Petribu Fraga Rocha
Contador CRC PE-020549/O-6

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021			2022	2021		
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes a caixa	4	149.577	94.553	170.843	140.836						
Aplicações financeiras	5	-	13.762	-	13.762						
Contas a receber de clientes	6	352.347	192.145	352.534	192.804						
Estoques	7	276.623	288.437	256.254	286.803						
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	106.240	113.635	106.553	113.977						
Instrumentos financeiros e derivativos	28	16.375	-	16.375	-						
Despesas antecipadas		3.661	2.626	6.919	2.873						
Outros créditos		5.508	21.308	5.782	20.314						
Total do ativo circulante		910.331	726.466	915.260	771.369						
Não circulante											
Realizável a longo prazo											
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	9	2.336	210	2.336	210						
Impostos e contribuições sociais a recuperar	8	26.395	32.073	26.395	32.073						
Outros créditos		6.789	7.229	6.795	7.234						
Investimentos	11	11.088	12.720	3.639	3.760						
Propriedades para investimentos	12	50.471	49.560	50.471	49.560						
Imobilizado	13	739.178	756.236	741.570	758.963						
Intangível	14	2.757	3.588	2.757	3.588						
Total do ativo não circulante		839.014	861.616	833.963	855.388						
Total do ativo		1.749.345	1.588.082	1.749.223	1.626.757						
Passivo											
Circulante											
Fornecedores	15	252.011	233.838	252.169	278.849						
Empréstimos e financiamentos		65.469	95.929	64.281	94.741						
Com terceiros	17	64.281	94.741	64.281	94.741						
Com partes relacionadas	9	1.188	1.188	-	-						
Obrigações sociais e trabalhistas		35.077	23.744	35.164	23.824						
Tributos a recolher	16	17.563	31.017	17.625	31.105						
Debêntures	18	51.471	77.061	51.471	77.061						
Financiamento de tributos		2.307	2.630	2.307	2.630						
Arrendamentos mercantis	19	12.219	12.597	12.219	12.597						
Dividendos a pagar	22	76.817	158	76.817	158						
Instrumentos financeiros derivativos	28	8.040	1.044	8.040	1.044						
Outras contas a pagar	29	49.756	26.539	50.514	27.498						
Total do passivo circulante		570.730	504.557	570.607	549.507						
Não circulante											
Empréstimos e financiamentos		52.620	91.119	52.620	84.844						
Com terceiros	17	52.620	84.844	52.620	84.844						
Com partes relacionadas	9	-	6.275	-	-						
Debêntures	18	274.332	309.859	274.332	309.859						
Financiamento de tributos		3.322	4.594	3.322	4.594						
Arrendamentos mercantis	19	8.125	12.027	8.125	12.027						
Dividendos a pagar	22	125.080	49.252	125.080	49.252						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	16.263	-	16.263						
Provisão para contingências	20	13.725	15.356	13.725	15.356						
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	25	3.034	4.606	3.034	4.606						
Outras contas a pagar	29	3.053	3.447	3.054	3.447						
Total do passivo não circulante		483.291	506.523	483.292	500.248						
Patrimônio líquido											
Capital social	22.a	132.042	132.042	132.042	132.042						
Reserva de lucros	22.b e 22.d	559.914	442.817	559.914	442.817						
Outros resultados abrangentes	22.c	3.368	2.143	3.368	2.143						
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		695.324	577.002	695.324	577.002						
Total do patrimônio líquido		695.324	577.002	695.324	577.002						
Total do passivo		1.054.021	1.011.080	1.053.900	1.049.755						
Total do passivo e patrimônio líquido		1.749.345	1.588.082	1.749.223	1.626.757						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida de vendas	23	2.909.132	2.362.297	2.913.974	2.365.296
Custo das vendas	24	(2.093.526)	(1.812.041)	(2.097.490)	(1.814.589)
Lucro bruto		815.606	550.256	816.484	550.707
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	(303.204)	(260.626)	(303.204)	(260.626)
Despesas gerais e administrativas	24	(111.693)	(87.454)	(112.983)	(88.724)
Honorários da administração	9 e 24	(6.169)	(5.199)	(6.169)	(5.199)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(5.796)	(1.381)	(121)	532
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(6.858)	4.915	(6.674)	5.434
		(433.720)	(349.745)	(429.151)	(348.583)
Lucro antes das despesas financeiras líquidas e impostos		381.886	200.511	387.333	202.124
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	51.427	30.183	51.585	30.415
Despesas financeiras	27	(113.746)	(90.905)	(119.351)	(92.693)
		(62.319)	(60.722)	(67.766)	(62.278)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		319.567	139.789	319.567	139.846
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	10	(16.551)	7.824	(16.551)	7.767
Diferido	10	14.841	(13.311)	14.841	(13.311)
		(1.710)	(5.487)	(1.710)	(5.544)
Lucro líquido do exercício		317.857	134.302	317.857	134.302
Lucro líquido por ação: básico e diluído - R\$	22	16,41170	6,93433	16,41170	6,93433

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	317.857	134.302
Itens que poderão ser classificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes:		
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(466)	528
Benefícios pós-emprego	1.938	3.964
Resultado abrangente total	319.329	138.794
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	319.329	138.794

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total
				Ajuste de avaliação patrimonial	Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	132.042	442.817	-	15.413	(17.294)	572.978
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos (Nota 22.d)	-	(134.770)	-	-	-	(134.770)
Outros resultados abrangentes:						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 22.c.i)	-	-	-	528	-	528
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c.ii)	-	-	-	-	3.964	3.964
Realização do custo atribuído	-	-	468	(468)	-	-
Lucro do exercício	-	-	134.302	-	-	134.302
Dividendos Propostos (Nota 22.d)	-	134.770	(134.770)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	132.042	442.817	-	15.473	(13.330)	577.002
Transações de capital com os sócios						
Distribuição de dividendos (Nota 22.d)	-	(201.007)	-	-	-	(201.007)
Outros resultados abrangentes:						
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior (Nota 22.c.i)	-	-	-	(466)	-	(466)
Remensuração de plano de benefício definido (Nota 22.c.ii)	-	-	-	-	1.938	1.938
Realização do custo atribuído	-	-	247	(247)	-	-
Lucro do exercício	-	-	317.857	-	-	317.857
Dividendos Propostos (Nota 22.d)	-	201.007	(201.007)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros (Nota 22.d)	-	105.633	(105.633)	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (Nota 21)	-	11.464	(11.464)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	132.042	559.914	-	14.760	(11.392)	695.324

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	319.567	139.789	319.567	139.846
Ajustes ao lucro líquido do exercício:				
Depreciação e amortização	55.359	57.243	55.755	57.623
Resultado de equivalência patrimonial	5.796	1.381	121	(532)
Valor residual de ativo imobilizado, intangível e propriedade para investimento baixados	3.211	2.924	3.211	2.924
Provisão para redução ao valor recuperável	82	185	82	185
Provisão para contingências	945	2.348	945	2.348
Provisão para perdas em estoque	(342)	192	(342)	192
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	59.503	48.497	65.312	46.699
Ganho na remensuração do valor justo das propriedades para investimento e dos instrumentos financeiros derivativos	6.085	106	6.085	106
Créditos extemporâneos de PIS e COFINS	(1.846)	(5.044)	(1.846)	(5.044)
Variações em benefícios pós-emprego	366	(11.914)	366	(11.914)
Variação de ativos e passivos				
(Acréscimo) decréscimo de ativos				
Contas a receber de clientes	(160.284)	(61.733)	(159.812)	(62.150)
Estoques	12.156	(103.835)	30.891	(122.383)
Impostos e contribuições sociais a compensar	14.919	13.534	14.948	13.206
Outros créditos	16.386	(14.194)	12.105	(14.350)
Acréscimo (decréscimo) de passivos				
Fornecedores	17.235	110.713	(27.618)	160.049
Tributos a recolher	(21.961)	30.152	(21.986)	30.125
Obrigações sociais e trabalhistas	11.333	5.321	11.340	5.269
Provisão para contingências	(3.885)	(5.291)	(3.885)	(5.291)
Outras contas a pagar	30.033	5.594	29.832	6.398
Caixa gerado nas operações	364.658	215.968	335.071	243.306
Juros Pagos	(56.949)	(70.109)	(56.949)	(70.109)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.466)	-	(9.466)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	298.243	145.859	268.656	173.197
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimentos - Aumento de Capital	(4.630)	(861)	-	-
Aplicação de recursos no intangível	(507)	(100)	(507)	(100)
Aplicação de recursos no imobilizado	(32.414)	(24.136)	(32.475)	(24.388)
Recebimento de dividendos	-	551	-	-
Resgate de aplicação financeira	28.334	1.135	28.334	1.135
Aplicação financeira	(13.648)	-	(13.648)	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	571	-	-
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	(1.570)	132.950	(1.570)	132.950
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de Investimento	(24.435)	110.110	(19.866)	109.597
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos e financiamentos	30.000	260.682	30.000	260.682
Custos de transação	3.446	-	3.446	-
Dividendos distribuídos	(48.520)	(146.932)	(48.520)	(146.932)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	(93.209)	(544.728)	(93.209)	(544.727)
Captação (amortização) de instrumentos financeiros derivativos	(16.375)	(552)	(16.375)	(552)
Amortização de principal de debêntures	(77.240)	(3.621)	(77.240)	(3.621)
Captação de Debêntures	-	222.794	-	222.794
Pagamento de arrendamento	(15.428)	(15.254)	(15.427)	(15.254)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(217.326)	(227.611)	(217.325)	(227.610)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa	56.482	28.358	31.465	55.184
Diferença cambial líquida	(1.458)	3.181	(1.458)	3.181
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	94.553	63.014	140.836	82.471
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	149.577	94.553	170.843	140.836

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Demonstração do valor adicionado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas	3.210.323	2.620.890	3.216.244	2.625.313
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.304.804	2.687.589	3.310.541	2.691.493
(-) Abatimentos e descontos	(96.221)	(68.633)	(96.221)	(68.633)
Provisão (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	(82)	(185)	(82)	(185)
Outras receitas	1.822	2.119	2.006	2.638
Insumos adquiridos de terceiros	(2.198.398)	(1.892.843)	(2.203.070)	(1.896.051)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(2.047.035)	(1.765.880)	(2.050.603)	(1.768.047)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(137.864)	(111.251)	(138.408)	(111.801)
(Perda) Recuperação de valores ativos	(3.613)	(1.654)	(3.613)	(1.654)
Outras despesas operacionais	(9.886)	(14.058)	(10.446)	(14.549)
Valor adicionado bruto	1.011.925	728.047	1.013.174	729.262
Depreciação e amortização	(55.359)	(57.243)	(55.755)	(57.623)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	956.566	670.804	957.419	671.639
Valor adicionado recebido em transferências	45.631	28.802	51.464	30.947
Resultado de equivalência patrimonial	(5.796)	(1.381)	(121)	532
Receitas financeiras	51.427	30.183	51.585	30.415
Valor adicionado total a distribuir	1.002.197	699.606	1.008.883	702.586
Distribuição do valor adicionado	1.002.197	699.606	1.008.883	702.586
Pessoal	230.113	178.061	230.261	178.222
Remuneração direta	123.517	110.708	123.628	110.827
Honorários	6.169	5.199	6.169	5.199
Participação nos resultados	15.563	10.966	15.563	10.966
Benefícios	55.905	38.070	55.906	38.080
FGTS	10.685	9.974	10.685	9.974
Outros gastos com pessoal	18.274	3.144	18.310	3.176
Impostos, taxas e contribuições	334.296	290.806	335.230	291.837
Federais	103.812	92.566	104.359	93.167
Estaduais	227.021	195.239	227.060	195.308
Municipais	3.463	3.001	3.811	3.362
Remuneração de capitais de terceiros	119.931	96.437	125.535	98.225
Despesas financeiras	65.046	54.167	70.605	55.892
Aluguéis	6.186	5.532	6.186	5.532
Outras	48.699	36.738	48.744	36.801
Remuneração de capitais próprios	317.857	134.302	317.857	134.302
Reserva de Lucros	116.850	-	116.850	-
Dividendos Propostos	201.007	134.302	201.007	134.302

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e suas controladas

1.1 Informações sobre a Companhia

A J.Macêdo S.A. (“J.Macêdo” ou “Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, atua na produção e na comercialização de farinhas de trigo, misturas para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos, segregados por categorias de negócios, vendidas principalmente sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini e Boa Sorte.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo, sendo avaliados mensal e anualmente: (i) instrumentos financeiros derivativos e (ii) propriedades para investimento.

Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de forma adversa.

A única controlada do Grupo que tem moeda funcional diferente da moeda da Controladora é a Cipolin S.A., sediada no Uruguai, que tem o dólar norte-americano como moeda funcional e cujos resultados e posição financeira são convertidos na moeda de apresentação conforme segue:

- a) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço (dólar compra).
- b) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (dólar venda).
- c) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

1.2 Mudanças climáticas e impactos da Guerra Rússia x Ucrânia

É crescente a preocupação com a sustentabilidade nos negócios e com os impactos de mudanças no padrão do clima. Como consequência, temos assistido entidades multilaterais e Governos estabelecerem a adoção de medidas compensatórias e, especialmente, metas de redução de emissão de CO₂. O cumprimento destas metas poderá afetar as cadeias de produção e suprimento, como no caso do frete marítimo, custo relevante na formação de preço do trigo importado e nos insumos da produção nacional, onde uma das razões da alta de preços em 2022, apesar de certa estabilidade no segundo semestre, é a diminuição de encomendas de novos navios, pela incerteza sobre qual fonte de energia a ser adotada nas embarcações nos próximos anos face as metas de redução de emissão de CO₂.

O trigo é a principal matéria-prima da Companhia e, por ser uma commodity, sofre impacto de diversas variáveis como clima, conflitos geográficos e intervenções governamentais. O ano de 2022 apresentou grande volatilidade para os preços do trigo ao redor do mundo com uma valorização de mais de 50% ao longo do período, tendo sido influenciado basicamente pelo conflito Rússia x Ucrânia, dois relevantes exportadores do produto no mercado global. O clima também teve seu papel beneficiando Rússia e Austrália com supersafras e punindo Argentina e Estados Unidos com cortes de produção causados pela estiagem. Intervenções governamentais também tiveram um papel importante do decorrer do ano na Argentina e Rússia por exemplo, dificultando a saída do trigo com o propósito de conter a inflação causada pela alta de preços em decorrência da guerra.

A J.Macêdo acompanha diariamente as movimentações do mercado de trigo internacional, nacional e de fretes marítimos e mede sua eficiência comparando seus preços médios de compra com indicadores de mercado. Além dos aspectos descritos acima, não houve, no ano de 2022, grandes impactos nas operações da Companhia devido às mudanças climáticas e/ou conflito Rússia e Ucrânia.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Sabe-se que a produção agrícola depende, de forma direta, das condições de clima, sendo sensível ao excesso de chuva e calor que, fora das curvas normais, provocam expressivas reduções de oferta com grande impacto em preço e qualidade. Se confirmadas as previsões de que os eventos climáticos passem a ser mais intensos nos próximos anos, poderemos ter impactos ainda não adequadamente mensurados no tamanho e localização das safras e, conseqüentemente, nos preços das commodities e no custo logístico. Por outro lado, o conjunto de tecnologias de produção agrícola procura aumentar a resistência das plantas a esses eventos e tem tido sucesso, como provam os sucessivos recordes na produção mundial de grãos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, consistentes com às utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 20 de março de 2023.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base em premissas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação destas demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas mesmas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a avaliação dos ativos e passivos financeiros derivativos e propriedades para investimento pelo valor justo, benefícios a empregados, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

3. Políticas contábeis significativas

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia, de sua controlada e da operação em conjunto em 31 de dezembro de 2022 e 2021, apresentadas a seguir:

Razão social	País sede	% Participação societária	
		31/12/2022	31/12/2021
(a) Cipolin S.A. ("Cipolin")	Uruguai	100,0	100,0
(b) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,3	33,3

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- a) Cipolin (sociedade de capital fechado) – Controlada integral da J.Macêdo S.A., foi constituída em 1985, sob a razão social de “Cipolin S.A.” A Cipolin se dedica ao processo de intermediação da compra de trigo para a J.Macêdo S.A., repassando o produto adquirido no exterior, seguindo rigorosamente as condições de preço do mercado internacional de trigo vigentes no momento de cada operação.
- b) Tergran (sociedade de capital fechado) – Refere-se à operação controlada em conjunto com as companhias Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, as quais detêm participações iguais no capital social e nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. O investimento é considerado como operação em conjunto (joint operation). A Tergran é uma empresa de propósito específico, com personalidade jurídica própria, cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária, realizando, em especial, a descarga e a armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos, transações e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas são eliminadas na preparação das demonstrações contábeis consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

3.1 Controlada e operação controlada em conjunto

As demonstrações contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada e da operação controlada em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

A operação controlada em conjunto é aquela na qual a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, os investimentos de sua controlada, coligada e da operação controlada em conjunto são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Nas demonstrações contábeis consolidadas, os saldos de ativos, passivos, receitas e despesas da operação controlada em conjunto, foram reconhecidos proporcionalmente à participação na entidade.

3.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Itens não monetários mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Itens não monetários mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos usando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas em que o valor justo tiver sido mensurado.

Os adiantamentos relativos a importações de matéria-prima, insumos, máquinas e equipamentos em andamento, em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional da Companhia na data da transação, ou seja, na data em que os adiantamentos foram efetuados. Este tratamento é dado pelo fato dos

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

adiantamentos serem considerados pré-pagamentos, que serão liquidados com a entrega de bens ou serviços e não são restituíveis. Quando da entrega do ativo para o qual o adiantamento foi efetuado, a Companhia efetua o registro do imobilizado ou do estoque pelo custo incorrido, caso seja componente de produção, contra a baixa do adiantamento correspondente.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real pela média mensal das taxas de câmbio.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido, como ajustes acumulados de conversão.

3.3 Tributos sobre o lucro

A receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social compreende os tributos correntes e diferidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. No caso da Cipolin, controlada no Uruguai, a alíquota de IRPJ é de 25% sobre a renda líquida gravada, não sendo aplicável a CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O tributo diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

A mensuração do tributo diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações contábeis, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O tributo diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data de elaboração das demonstrações contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas, mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.4 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável certeza de que o benefício será recebido. O detalhamento sobre as subvenções governamentais da Companhia consta na Nota 21.

3.5 Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, ou pelo valor realizável líquido, dos dois, o menor. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- a) Matérias-primas - Custo de aquisição segundo o custo médio.
- b) Produtos acabados e em elaboração - Custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

A Companhia registra provisão para perdas de estoques em função da data de validade dos produtos, de produtos avariados e/ou obsoletos.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). O custo de certos itens do imobilizado em 1º de janeiro de 2009, data de transição da Companhia para o CPC (IFRS), foi determinado com base em seu valor justo naquela data.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão divulgadas na Nota 13.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.7 Arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor, e reconhece os passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento, mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo prazo do contrato de arrendamento.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

3.8 Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos.

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data das demonstrações contábeis. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem geradas.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no exercício da baixa. Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros

Ativos financeiros

Em cada data de apresentação das demonstrações contábeis, é analisado se existem evidências objetivas que determinem se o valor contábil de um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, estima-se o valor recuperável do ativo. Essas evidências devem refletir que um evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título, entre outras.

É considerada evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, utiliza-se tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas, se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Ativos não financeiros (exceto estoques, propriedades para investimentos e tributos diferidos)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo menos custos de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.11 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Quando é esperado que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas demonstrações contábeis, líquida de qualquer reembolso.

3.12 Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o direito relacionado seja concedido.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos resultados, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Obrigações de benefícios pós-emprego são mensuradas com base em laudo atuarial emitido por especialista ao final do exercício.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de benefício definido, se existir uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.13 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades quando as partes do contrato o aprovarem e estiverem comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber é reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre investimentos e outras receitas de juros, variação cambial e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos, perdas com instrumentos financeiros derivativos e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas sobre os ativos financeiros (exceto recebíveis) que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.14 Segmento de negócios

Um segmento operacional é definido como um componente de uma entidade para o qual haja informação financeira individualizada disponível, sendo avaliada de forma regular pelo principal gestor das operações dessa entidade na tomada de decisão sobre a alocação de recursos para um segmento e na avaliação do seu desempenho.

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: farinha e farelo de trigo, mistura para pães e bolos, sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos. A produção e a

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

comercialização dos produtos alimentícios não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para tomada de decisão de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Considerando que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui somente um segmento objeto de reporte.

3.15 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada foi elaborada nos termos CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, conforme normas contábeis brasileiras aplicáveis às companhias listadas na CVM, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.16 Normas emitidas e vigentes a partir de 1º de janeiro de 2022

Os novos requerimentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 ou após essa data não tiveram impacto sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para o Grupo.

3.17 Alterações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). De acordo com avaliação prévia da Administração, essas normas não trarão impacto relevante em suas demonstrações contábeis.

Normas	Natureza da mudança	Emissão	Vigência
IFRS 17 – Contratos de Seguro	O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes.	mai/2017	01/01/2023
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Esclarece que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1.	mai/2020	01/01/2023
IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis	Divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.	fev/2021	01/01/2023
IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.	fev/2021	01/01/2023
IAS 12 - Tributos sobre o Lucro	Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.	mai/2021	01/01/2023

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. Caixa e equivalentes a caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	13.246	9.406	34.207	55.667
Equivalentes de caixa	136.331	85.147	136.636	85.169
	149.577	94.553	170.843	140.836

Os equivalentes de caixa referem-se a Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) pós-fixados, remunerados à taxa média de 101,93% (2021: 100,53%) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e estão destinados à negociação imediata. Os equivalentes de caixa possuem liquidez diária e o resgate não ocasiona perdas financeiras.

A Companhia mantém os saldos de depósitos bancários e aplicações financeiras disponíveis para resgate imediato sem perda de rentabilidade com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo. Por esse motivo, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins de elaboração da demonstração do fluxo de caixa.

5. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	-	13.762	-	13.762
	-	13.762	-	13.762

Em 31 de dezembro de 2022 não há aplicações financeiras em garantia. Em 2021 se referiam a CDBs pós-fixados, remunerados à taxa média de 100,53% do CDI, em garantia de empréstimo bancário.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes no país	367.862	202.884	368.049	203.543
Desconto de verbas contratuais (a)	(14.962)	(10.268)	(14.962)	(10.268)
Provisão para redução ao valor recuperável (b)	(553)	(471)	(553)	(471)
	352.347	192.145	352.534	192.804

- (a) Os descontos de verbas contratuais representam descontos firmados com grandes redes, aplicados diretamente sobre o faturamento.
- (b) A provisão para redução ao valor recuperável é constituída ao longo do ano e revertida ao final do exercício, momento em que ocorre a baixa efetiva dos títulos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes possui a seguinte apresentação:

Prazo	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valores a vencer:	338.515	182.333	338.702	182.992
Valores vencidos:				
de 1 a 30 dias	25.862	17.359	25.862	17.359
de 31 a 60 dias	2.315	1.556	2.315	1.556
de 61 a 90 dias	296	483	296	483
de 91 a 180 dias	874	1.027	874	1.027
Acima de 181 dias	-	126	-	126
	367.862	202.884	368.049	203.543

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A movimentação da provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, está assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(471)	(286)
Reversões (provisões)	(82)	(185)
Saldo final	(553)	(471)

Na Nota 28c, está demonstrado o montante de contas a receber por tipo e por dependência de cliente, assim como os critérios estabelecidos para a provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	57.246	58.375	57.246	58.375
Matérias-primas	131.977	158.789	131.977	158.789
Materiais de produção	30.161	28.091	30.161	28.091
Materiais de manutenção e outros	15.944	13.657	16.265	13.657
Produtos em processo	14.102	13.985	14.102	13.985
Importações de matéria-prima em andamento (a)	27.193	15.540	6.503	13.906
	276.623	288.437	256.254	286.803

- (a) Representado substancialmente por adiantamentos para compra de trigo e outras matérias-primas. Os adiantamentos são liquidados em 30 dias, em média. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de adiantamentos com a controlada Cipolin é de R\$ 20.690 (2021: R\$ 1.634).

O custo dos estoques é mensurado com base no custo médio ponderado. São incluídos no custo todos os gastos com materiais diretos, mão de obra e gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção. A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup e outros eventos semelhantes considerados normais para a entidade.

A Companhia encerrou o ano de 2022 com um aumento no nível de utilização da capacidade de produção, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Capacidade Total de Produção (em toneladas)	1.135.545	1.208.631
Produção real (em toneladas)	897.885	939.994
Índice de Utilização da Capacidade	79,1%	77,8%

A provisão para perdas em estoques é refletida, em sua maior parte, nas contas de produtos acabados, matérias-primas e materiais de manutenção. A movimentação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, segue assim representada:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(342)	(150)
Reversões (provisões)	342	(192)
Saldo final	-	(342)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições sociais a recuperar

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	15.532	-	15.532	18.071	4.260	22.331
ICMS a recuperar (b)	9.260	3.260	12.520	7.161	-	7.161
ICMS a apropriar (c)	69.964	-	69.964	59.678	-	59.678
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	856	452	1.308	1.170	1.220	2.390
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (d)	31	9.727	9.758	703	7.824	8.527
PIS a recuperar (e)	757	3.724	4.481	2.952	4.787	7.739
COFINS a recuperar (e)	6.811	9.232	16.043	20.310	13.982	34.292
Outros impostos e contribuições	3.029	-	3.029	3.590	-	3.590
	106.240	26.395	132.635	113.635	32.073	145.708

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir (a)	15.532	-	15.532	18.071	4.260	22.331
ICMS a recuperar (b)	9.260	3.260	12.520	7.161	-	7.161
ICMS a apropriar (c)	69.964	-	69.964	59.678	-	59.678
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	856	452	1.308	1.170	1.220	2.390
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (d)	31	9.727	9.758	703	7.824	8.527
PIS a recuperar (e)	757	3.724	4.481	2.952	4.787	7.739
COFINS a recuperar (e)	6.811	9.232	16.043	20.310	13.982	34.292
Outros impostos e contribuições	3.342	-	3.342	3.932	-	3.932
	106.553	26.395	132.948	113.977	32.073	146.050

Os impostos e as contribuições sociais a compensar têm a seguinte origem:

- Referem-se a créditos sobre vendas para estados não signatários disciplinados pelos protocolos ICMS CONFAZ números 46/00 e 53/17, cujas operações caracterizam o direito de ressarcimento da parcela paga a título de substituição tributária, bem como levantamentos de créditos extemporâneos de ICMS para os quais são protocolados processos junto aos Estados. Todos os valores autorizados foram utilizados e, atualmente, os saldos constantes nas contas ainda estão pendentes de homologação.
- Correspondem aos saldos credores de ICMS oriundos das operações da Companhia.
- Trata-se de pagamentos antecipados de ICMS Substituição Tributária, bem como de incentivos e benefícios de ICMS que serão apropriados no momento da venda.
- O montante de R\$ 9.727 no não circulante (2021: R\$ 7.824) se refere a créditos de IRPJ e CSLL decorrentes da não incidência desses tributos sobre a atualização pela Selic nos indébitos tributários, conforme Nota 10.1.
- Trata-se de saldos credores das operações correntes do exercício, em razão da diferença positiva entre débitos e créditos das contribuições, bem como créditos apurados de forma extemporânea, referentes a despesas geradoras de crédito diversas, não reconhecidas nas competências anteriores.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

9. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas do Grupo efetuadas em bases usuais de mercado.

Empresa líder do conglomerado

A J.Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações, que por sua vez é uma subsidiária da MAC-DO Administração e Participações S.A.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A.
- BDM Participações Ltda.

Operação controlada em conjunto:

Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa controlada

Cipolin S.A., conforme detalhado na Nota 3.

Empresa coligada

CEMEC Construções Eletromecânicas S.A.

A CEMEC é uma sociedade de capital fechado cuja participação da Companhia no seu capital social é de 15,76. Essa Companhia possuía, como atividade principal, a fabricação de transformadores de distribuição, força e subestação compacta e, em março de 2012, paralisou suas operações.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

Os empréstimos e recebíveis com partes relacionadas decorrem da gestão de caixa centralizada com as demais empresas integrantes do Grupo.

Sobre os saldos de recebíveis entre as empresas do Grupo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não há provisão para perda ao valor recuperável registrada, pela ausência de títulos em atraso ou com risco de realização. A seguir o quadro das operações entre as partes relacionadas:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Companhias - Tipo de operação				
Ativo circulante				
Adiantamento a fornecedores (Nota 7) Cipolin S.A. (a)	20.690	1.634	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital - Tergran	-	1.308	-	-
	20.690	2.942	-	-
Ativo não circulante				
Empréstimos a receber				
J.Macêdo S.A. - Comércio, Administração e Participações (b)	2.336	210	2.336	210
	2.336	210	2.336	210
Passivo circulante				
Outras contas a pagar - Tergran	(1.188)	(1.188)	-	-
	(1.188)	(1.188)	-	-
Passivo não circulante				
Empréstimos a pagar – Cipolin S.A. (c)	-	(6.275)	-	-
	-	(6.275)	-	-

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado		
Cipolin S.A. - Custo com importação de trigo	832.498	657.719
Tergran - Custos portuários	3.817	5.101
	836.315	662.820

- (a) Importações de matéria-prima em andamento (Estoques) da controlada Cipolin.
- (b) Saldo de mútuo com a controladora, sobre o qual incide encargos mensais, mediante aplicação de juros equivalente a um percentual da taxa média do CDI – Certificado de Depósito Interbancário. O contrato foi celebrado em condições específicas, contratadas entre as partes, não necessariamente realizadas em condições usuais de mercado, com prazo para pagamento até dezembro de 2024, podendo ser prorrogado.
- (c) Refere-se a contratos de mútuos firmados em 2011 entre a Companhia e a Cipolin, atualizados monetariamente pela variação do dólar norte-americano, acrescidos de juros de 2,51% a.a. e com prazo de 5 anos com renovação em períodos consecutivos de 30 dias. Referidos contratos foram liquidados em 2022.

Remuneração do pessoal-chave da Administração da companhia

A Assembleia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore global dos administradores em até R\$ 1.683 mensal, limitado a R\$ 20.200/ano para o exercício de 2022 (R\$ 17.000/ano em 2021), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 6.169 (2021: R\$ 5.199).

Avais e garantias

As operações para empréstimos e financiamentos perante instituições financeiras são em sua maioria, lastreadas por hipotecas, notas promissórias e alienação fiduciária da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as operações concernentes às garantias representaram 5,24% (2021: 24,51%) do saldo devedor total perante instituições financeiras.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	62.052	47.468
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para perda ao valor recuperável	188	160
Provisão para perdas com estoques	-	116
Provisão para contingências	4.667	5.221
Provisão de honorários de êxito	1.038	1.078
Programa de participação nos resultados	4.790	1.959
Provisão de bônus da administração	5.100	-
Perda operação "swap"	2.734	355
Arrendamentos	892	987
Obrigações com benefícios definidos pós-emprego	1.031	1.566
Total diferido ativo	82.492	58.910
Ajuste de avaliação patrimonial	(6.743)	(6.870)
Valor justo propriedade para investimento	(15.151)	(14.841)
Juros sobre empréstimos capitalizados	(31.170)	(28.874)
Diferença depreciação fiscal	(29.428)	(24.588)
Total diferido passivo	(82.492)	(75.173)
Total de imposto diferido líquido	-	(16.263)

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis,

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Corrente				
Imposto de renda	(9.467)	5.753	(9.467)	5.712
Contribuição social	(7.084)	2.071	(7.084)	2.055
	(16.551)	7.824	(16.551)	7.767
Diferidos				
Imposto de renda	10.914	(9.787)	10.914	(9.787)
Contribuição social	3.927	(3.524)	3.927	(3.524)
	14.841	(13.311)	14.841	(13.311)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(1.710)	(5.487)	(1.710)	(5.544)

Reconciliação da taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro contábil antes do Imposto de Renda e da CSLL	319.567	139.789	319.567	139.846
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(108.653)	(47.528)	(108.653)	(47.548)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(4.027)	(3.335)	(4.027)	(3.335)
Outras adições, líquidas (a)	(1.855)	(16.593)	(1.855)	(16.631)
	(5.882)	(19.928)	(5.882)	(19.966)
Exclusões permanentes				
Ganho de incentivos fiscais estaduais e federais	87.469	61.970	87.469	61.970
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	12.154	-	12.154	-
Constituição de ativo diferido sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL	13.202	-	13.202	-
	112.825	61.970	112.825	61.970
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.710)	(5.487)	(1.710)	(5.544)
Alíquota efetiva	(0,54%)	(3,92%)	(0,54%)	(3,96%)

- (a) O saldo comparativo de 31 de dezembro de 2021 está representado, substancialmente, por ativo fiscal diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, não contabilizado, devido à ausência de expectativa de utilização num prazo razoável. Na posição de 31 de dezembro de 2022, há R\$ 62.052 de ativo fiscal diferido constituído para utilização em compensações futuras. A Companhia espera realizar esse ativo nos próximos dez anos.

10.1 Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Não incidência de IRPJ e CSLL sobre a atualização pela Selic nos indêbitos tributários

Em 24 de setembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou o mérito do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187 que fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à atualização monetária pela taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. A decisão, sob a sistemática de repercussão geral, foi unânime entre os ministros do STF.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão virtual encerrada em 29/04/2022, acolheu parcialmente recurso (embargos de declaração) para esclarecer pontos da decisão proferida no julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.063.187, com repercussão geral, e modular seus efeitos.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Na ocasião, a Corte declarou a inconstitucionalidade da incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na devolução de tributos pagos indevidamente (repetição de indébito).

Nesse sentido, restou-se decidido, aos contribuintes que ingressaram com ação judicial própria até setembro de 2021, o direito de restituir o IRPJ e a CSLL do período de 5 anos anteriores a data do ajuizamento da ação judicial, ainda que as entidades não tenham sua ação judicial transitado em julgado. Aqui, ainda vale o destaque que possíveis valores em aberto, não recolhidos – referentes a fatos geradores anteriores a setembro de 2021 – não podem ser cobrados pela União. Ademais, para as ações ajuizadas posteriormente ao mencionado período, os contribuintes têm o direito apenas à recuperação dos valores recolhidos após a data de ajuizamento, não havendo efeito retroativo.

Em 08 de outubro de 2020, a Companhia impetrou mandado de segurança objetivando questionar a incidência do IRPJ e da CSLL sobre a atualização monetária pela Selic de débitos tributários e, considerando que o direito à restituição do IRPJ/CSLL da referida ação judicial seria provavelmente aceito em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), reconheceu, em 2021, os créditos de IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 7.824, na linha de IRPJ/CSLL, em contrapartida a tributos a recuperar no ativo não circulante.

O trânsito em julgado do referido mandado de segurança ocorreu em outubro de 2022, favoravelmente à Companhia, e o pedido de habilitação do crédito junto à Receita Federal foi feito em novembro de 2022. Na ocasião, foi registrado o montante de R\$ 3.280 referente à atualização desse crédito e a Companhia irá aguardar a homologação do pedido de habilitação para o início do processo de restituição/compensação.

11. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Participações em empresas controlada, coligada e controlada em conjunto	10.864	12.496	3.415	3.536
Outros investimentos	224	224	224	224
	11.088	12.720	3.639	3.760

	31/12/2022			31/12/2021		
	Tergran	Cipolin	Cemec	Tergran	Cipolin	Cemec
Informações sobre as controladas:						
Quantidade de ações	2.193.000	459.773.063	4.979	2.193.000	459.773.063	4.979
Participação no capital total e votante:	33,33%	100,00%	15,76%	33,33%	100,00%	15,76%
Ativo circulante	16.554	21.289	1.469	6.636	46.959	2.845
Ativo não circulante	7.196	-	23.860	8.195	6.275	24.072
Total de ativos	23.750	21.289	25.329	14.831	53.234	26.917
Passivo circulante	1.758	21.171	106	1.594	47.418	185
Passivo não circulante	-	-	3.549	3.805	-	3.730
Total de passivos	1.758	21.171	3.655	5.399	47.418	3.915
Patrimônio líquido	21.992	118	21.674	9.432	5.816	23.002
Capital social	25.677	37.787	12.005	11.797	37.787	12.005
Lucro/(prejuízo) do exercício	(1.330)	(5.231)	(767)	(388)	(1.784)	3.381

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos investimentos

	31/12/2022			31/12/2021	
	Tergran	Cipolin	Cemec	Total	Total
Saldo inicial	3.145	5.815	3.536	12.496	13.038
Resultado de equivalência patrimonial	(444)	(5.231)	(121)	(5.796)	(1.381)
Aumento de capital	4.630	-	-	4.630	862
Varição cambial de investimento no exterior	-	(466)	-	(466)	528
Recebimento de dividendos	-	-	-	-	(551)
Saldo final	7.331	118	3.415	10.864	12.496

12. Propriedades para investimentos

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Propriedade para investimentos	49.560	48.070
Remensuração do valor justo	911	1.490
Saldo final	50.471	49.560

A propriedade para investimentos se refere à unidade fabril de Maceió, desativada em 2019. Estes ativos, que compreendem terrenos, edificações e instalações, estão disponíveis para arrendamento a terceiros e/ou para valorização e estão registrados a valor justo com base em avaliação realizada por avaliadores independentes e especializados ao final de cada exercício, uma vez que não são esperadas mudanças significativas no valor gerado em períodos inferiores a um ano.

13. Imobilizado

a) Controladora

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.003	-	26.003	26.043	-	26.043
Edificações e outros imóveis	3,2	465.029	(128.658)	336.371	405.544	(117.280)	288.264
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10,1	532.779	(214.890)	317.889	529.204	(220.979)	308.225
Instalações	10,3	34.670	(25.704)	8.966	34.369	(24.722)	9.647
Móveis e utensílios	11,1	6.238	(4.708)	1.530	9.007	(7.358)	1.649
Computadores e periféricos	25,9	8.149	(7.554)	595	8.333	(7.663)	670
Veículos	17,8	222	(150)	72	269	(183)	86
Outros	26,7	7.973	(5.140)	2.833	7.214	(5.412)	1.802
		1.081.063	(386.804)	694.259	1.019.983	(383.597)	636.386
Imobilizado em andamento (a)	-	26.248	-	26.248	97.207	-	97.207
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	59.682	(41.011)	18.671	57.139	(34.496)	22.643
		1.166.993	(427.815)	739.178	1.174.329	(418.093)	756.236

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	26.043	-	(40)	-	-	26.003
Edificações e outros imóveis	288.264	467	(14)	59.864	(12.210)	336.371
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	308.225	7.856	(1.325)	29.881	(26.748)	317.889
Instalações	9.647	888	(369)	1.107	(2.307)	8.966
Móveis e utensílios	1.649	181	(63)	31	(268)	1.530
Computadores e periféricos	670	168	(6)	2	(239)	595
Veículos	86	-	-	-	(14)	72
Outros	1.802	1.658	(14)	7	(620)	2.833
Imobilizado em andamento (a)	97.207	19.938	(5)	(90.892)	-	26.248
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	22.643	10.199	(1.375)	-	(12.796)	18.671
	756.236	41.355	(3.211)	-	(55.202)	739.178

b) Consolidado

Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor total	Custo	Depreciação acumulada	Valor total
Terrenos	-	26.003	-	26.003	26.043	-	26.043
Edificações e outros imóveis	3,2	469.134	(131.748)	337.386	409.647	(120.217)	289.430
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	10,1	535.967	(217.439)	318.528	532.342	(223.435)	308.907
Instalações	10,3	35.881	(26.286)	9.595	35.580	(25.212)	10.368
Móveis e utensílios	11,1	6.316	(4.771)	1.545	9.084	(7.417)	1.667
Computadores e periféricos	25,9	8.494	(7.819)	675	8.668	(7.876)	792
Veículos	17,8	242	(156)	86	289	(185)	104
Outros	26,7	7.973	(5.140)	2.833	7.214	(5.412)	1.802
		1.090.010	(393.359)	696.651	1.028.867	(389.754)	639.113
Imobilizado em andamento (a)	-	26.248	-	26.248	97.207	-	97.207
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	-	59.682	(41.011)	18.671	57.139	(34.496)	22.643
		1.175.940	(434.370)	741.570	1.183.213	(424.250)	758.963

Movimentação dos saldos

	Saldos em 31/12/2021	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldos em 31/12/2022
Terrenos	26.043	-	(40)	-	-	26.003
Edificações e outros imóveis	289.430	467	(14)	59.864	(12.361)	337.386
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	308.907	7.906	(1.325)	29.881	(26.841)	318.528
Instalações	10.368	888	(369)	1.107	(2.399)	9.595
Móveis e utensílios	1.667	182	(63)	31	(272)	1.545
Computadores e periféricos	792	178	(6)	2	(291)	675
Veículos	104	-	-	-	(18)	86
Outros	1.802	1.658	(14)	7	(620)	2.833
Imobilizado em andamento (a)	97.207	19.938	(5)	(90.892)	-	26.248
Direito de uso em arrendamento (Nota 19)	22.643	10.199	(1.375)	-	(12.796)	18.671
	758.963	41.416	(3.211)	-	(55.598)	741.570

- (a) O saldo em 31 de dezembro de 2022 é composto por bens de obras em andamento, no montante de R\$ 26.248 (2021: R\$ 97.207) que equivale, substancialmente, a investimentos para a modernização e aumento da capacidade produtiva na unidade de Salvador.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor dos juros de financiamentos capitalizados durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 8.941 (2021: R\$ 13.092). A taxa média utilizada para capitalização foi de 13,71 % a.a. (2021: 16,24 % a.a.).

c) Composição da depreciação e amortização

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia registrou em seu resultado, custos e despesas com depreciação e amortização, conforme apresentado a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com depreciação	(53.204)	(54.828)	(53.600)	(55.208)
Despesa com amortização (Nota 14)	(1.338)	(1.684)	(1.338)	(1.684)
Despesa com depreciação do custo atribuído	(817)	(731)	(817)	(731)
Depreciação e amortização no exercício	(55.359)	(57.243)	(55.755)	(57.623)

d) Ativos concedidos em garantias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possuía bens do ativo imobilizado concedidos em garantia de operações financeiras, conforme apresentados abaixo:

Descrição dos itens oferecidos em garantia	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Máquinas e equipamentos	236.630	269.469
Edificações	196.491	224.561
Instalações	3.827	8.697
Móveis e utensílios	668	984
Terrenos	16.377	22.243
Imobilizado em andamento	23.512	80.016
Outros	2.220	1.986
	479.725	607.956

Todas as operações garantidas pelos ativos imobilizados são associadas a empréstimos e financiamentos, conforme nota 17 e a debêntures, conforme nota 18.

14. Intangível (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Taxas médias anuais de amortização %	31/12/2022			31/12/2021			
	Custo	Amortização acumulada	Valor total	Custo	Amortização acumulada	Valor total	
Softwares e sistemas informatizados	21,3	60.049	(57.292)	2.757	59.542	(55.954)	3.588
		60.049	(57.292)	2.757	59.542	(55.954)	3.588

Movimentação dos saldos

	SalDOS em 31/12/2021			SalDOS em 31/12/2022		
	Adições	Baixas	Amortização	Adições	Baixas	Amortização
Softwares e sistemas informatizados	3.588	507	-	(1.338)	2.757	-
	3.588	507	-	(1.338)	2.757	-

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

15. Fornecedores

Refere-se às contas a pagar a fornecedores, basicamente, de insumos, sem a incidência de encargos financeiros, com prazos previstos para liquidação entre 07 e 120 dias.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores nacionais	121.382	102.789	121.540	102.696
Fornecedores estrangeiros	-	46.394	-	91.498
Operações de risco sacado	130.629	84.655	130.629	84.655
	252.011	233.838	252.169	278.849

A Companhia mantém relacionamento com bancos parceiros para estruturar com os seus principais fornecedores a operação de risco sacado, no qual destina parte do seu limite global para esse produto, disponibilizando aos fornecedores a antecipação de seus recebíveis relacionados às compras de matéria-prima pela Companhia.

Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para os bancos parceiros em troca do recebimento antecipado do título. O banco, por sua vez, passa a ser credor da operação, sendo que a Companhia efetua a liquidação (pagamento do valor original) do título na mesma data originalmente acordada com seu fornecedor. Reitera-se que esta operação não altera os valores, natureza do passivo, em especial, prazos, preços ou outras condições inicialmente contratadas, e não afeta a Companhia com eventuais encargos financeiros praticados pela instituição financeira nas operações junto aos fornecedores. Além disso, não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

A Administração da Companhia também considerou a orientação do Ofício Circular Anual-2023-CVM/SEP, observando os aspectos qualitativos sobre esse tema e concluiu que não há impactos relevantes e tampouco afeta a alavancagem da Companhia. Dessa forma, a Companhia mantém o passivo reconhecido como obrigação com "Fornecedores".

16. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS	15.529	29.446	15.529	29.446
Imposto de renda e contribuição social	709	-	709	-
INSS retido	219	197	219	197
ISS retido	398	332	398	336
Outros tributos a recolher	708	1.042	770	1.126
	17.563	31.017	17.625	31.105

17. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Composição dos saldos

Natureza	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Moeda nacional – R\$					
FINAME (a)	Pré-fixado	6,00% a 7,25%	3,5% a 7,25%	2.193	6.194
FINEM BNDES (a)	Pré-fixado, TJLP e moedas	1,92% a 4,26%	1,92% a 4,26%	52.928	59.397
Capital de giro	CDI e IPCA	3,00% a 4,00%	2,5% a 4,00%	61.780	113.994
				116.901	179.585
Circulante				(64.281)	(94.741)
Não circulante				52.620	84.844

(a) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	18.948	32.224
2024	23.230	18.948
A partir de 2025	10.442	33.672
	52.620	84.844

Movimentação dos saldos

Descrição	Saldos em 31/12/2021	Adições		Amortizações		Transf.	Saldos em 31/12/2022
		Principal	Juros	Principal	Encargos		
Finame / Finem BNDES	10.677	-	6.026	(10.238)	(6.258)	10.212	10.419
Capital de giro – moeda nacional	84.064	30.000	14.457	(82.971)	(13.614)	21.926	53.862
Total circulante	94.741	30.000	20.483	(93.209)	(19.872)	32.138	64.281
Finame / Finem BNDES	54.914	-	-	-	-	(10.212)	44.702
Capital de giro – moeda nacional	29.930	-	(86)	-	-	(21.926)	7.918
Total não circulante	84.844	-	(86)	-	-	(32.138)	52.620
Total	179.585	30.000	20.397	(93.209)	(19.872)	-	116.901

Os empréstimos e financiamentos contratados junto ao BNDES exigem o cumprimento de determinados índices associados ao balanço patrimonial e demonstração do resultado da Companhia, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Até a data da publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

18. Debêntures (controladora e consolidado)

Em 4 de dezembro de 2018, foram emitidas debêntures (3ª emissão) sob forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia fidejussória adicional, em série única, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, cujo recebimento efetivo foi realizado em janeiro de 2019. O saldo do valor nominal unitário será amortizado em 8 parcelas, sendo a primeira em 23/03/2021 e a última na data de vencimento (23 de setembro de 2024).

Em 14 de agosto de 2019, ocorreu a 4ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária. As debêntures serão objeto de colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura de Emissão. O valor nominal unitário da 4ª emissão de debêntures simples foi amortizado em uma única parcela, na data de vencimento (11 de agosto de 2022).

Em 15 de outubro de 2021, a Companhia realizou sua 5ª (quinta) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, sem a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários e/ou qualquer esforço de venda perante investidores, por meio da assinatura da Escritura pela Securitizadora. O saldo do valor nominal unitário será atualizado mensalmente pelo IPCA, calculado de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis e amortizado em parcelas mensais, sendo a primeira no final do 18º mês a contar da data de emissão, e a última, na data de vencimento (12 de novembro de 2026). As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado, com pagamentos mensais iniciados em 13 de dezembro de 2021 e a última em 12 de novembro de 2026.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Composição dos saldos

Debêntures	Indexador	Taxas de juros (a.a.)		Controladora e Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
3ª emissão (a)	CDI	DI + 4,5% a.a.	DI + 4,5% a.a.	79.912	87.152
4ª emissão (a)	CDI	DI + 2,0% a.a.	DI + 2,0% a.a.	-	72.337
5ª emissão (a)	IPCA	IPCA + 6,3% a.a.	IPCA + 6,3% a.a.	259.651	244.637
Custos de transação	-	-	-	(13.760)	(17.206)
				325.803	386.920
Circulante				(51.471)	(77.061)
Não circulante				274.332	309.859

(a) Garantido por alienação fiduciária de bens.

As parcelas a vencer no não circulante apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	48.014
2024	139.255	134.973
A partir de 2025	135.077	126.872
	274.332	309.859

Movimentação de saldos

Descrição	SalDOS em 31/12/2021	Adições		Amortizações		Transferências	SalDOS em 31/12/2022
		Principal	Juros	Principal	Encargos		
3ª emissão	7.512	-	13.400	(7.240)	(13.400)	10.860	11.132
4ª emissão	72.337	-	5.738	(70.000)	(8.075)	-	-
5ª emissão	711	-	18.742	-	(15.602)	40.000	43.851
Custos de transação	(3.499)	3.512	-	-	-	(3.525)	(3.512)
Total circulante	77.061	3.512	37.880	(77.240)	(37.077)	47.335	51.471
3ª emissão	79.640	-	-	-	-	(10.860)	68.780
5ª emissão	243.926	-	11.874	-	-	(40.000)	215.800
Custos de transação	(13.707)	(66)	-	-	-	3.525	(10.248)
Total não circulante	309.859	(66)	11.874	-	-	(47.335)	274.332
Total	386.920	3.446	49.754	(77.240)	(37.077)	-	325.803

Características das ofertas

Debêntures	3ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	181
Remuneração	Taxa DI + 4,5% a.a.
Vencimento	23/09/2024

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Debêntures	4ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	70
Remuneração	Taxa DI + 2,0 % a.a.
Vencimento	11/08/2022

Debêntures	5ª. Emissão
Tipo	Simple, nominativas escriturais, não conversíveis em ações
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	240
Remuneração	Taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + 6,3071% a.a.
Vencimento	12/11/2026

A Companhia está obrigada, devido à terceira emissão de debêntures, a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, apurados trimestralmente. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

Em relação à quarta e quinta emissão de debêntures, a Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao seu balanço patrimonial e demonstração do resultado, apurados anualmente, no encerramento do exercício. Até a data da publicação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia está adimplente com suas obrigações.

19. Arrendamentos

A Companhia possui contratos de aluguel classificados como arrendamento que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2), vigente desde 1º de janeiro de 2019.

Na data da adoção inicial, a Companhia reconheceu o ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento, mensurando-o ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando a taxa incremental sobre empréstimos equivalente a 8,69% a.a.

A composição do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 está representada a seguir:

a) Composição do ativo de direito de uso

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	19.962	2.519	162	22.643
Adições	1.569	8.630	-	10.199
Baixas	-	(1.375)	-	(1.375)
Depreciação	(9.878)	(2.800)	(118)	(12.796)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	11.653	6.974	44	18.671

b) Composição do passivo de arrendamento

	<u>Imóveis</u>	<u>Veículos</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	21.821	2.732	71	24.624
Adições	1.543	8.626	-	10.169
Baixas	-	(1.361)	-	(1.361)
Juros incorridos	1.584	722	34	2.340
Pagamentos	(11.846)	(3.477)	(105)	(15.428)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13.102	7.242	-	20.344
Circulante	9.554	2.665	-	12.219
Não circulante	3.548	4.577	-	8.125

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

c) Cronograma do passivo de arrendamento

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Vencimentos das prestações		
2023	13.843	9.356
2024	6.895	3.151
2025	1.946	380
Valores não descontados	22.684	27.131
Juros embutidos	(2.340)	(2.507)
Saldo do passivo de arrendamento	20.344	24.624

d) Créditos de PIS e Cofins potencial

Os pagamentos das contraprestações efetuados pela Companhia geram o direito de se creditar de PIS e COFINS. Nesse sentido, o custo do direito de uso reconhecido em contrapartida ao passivo de arrendamento, devidamente ajustado a valor presente, embute um potencial direito de crédito tributário futuro, a ser apropriado ao resultado do exercício mediante a depreciação dos bens arrendados pelo prazo do contrato de arrendamento.

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme períodos previstos para pagamento.

<u>Fluxos de caixa</u>	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação do arrendamento	22.684	20.345
PIS/Cofins potencial (9,25%)	2.098	1.882

e) Divulgação complementar CPC06 (R2)

Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/Nº 02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC06 (R2) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, procedendo o uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação.

Conforme orientação do referido ofício-circular são fornecidos os saldos passivos sem inflação, efetivamente contabilizado (fluxo real x taxa nominal), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

	<u>Fluxo real</u>		<u>Fluxo inflacionado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Arrendamentos	20.344	24.624	21.012	26.097
	20.344	24.624	21.012	26.097

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

f) Documento de Revisão de Pronunciamentos técnicos nº 16, referente ao CPC06 (R2)

Em relação à Deliberação CVM Nº 859 de 7 de julho de 2020, que aprovou e tornou obrigatório, para as companhias abertas, o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, a Companhia esclarece que não obteve benefícios relacionados à Covid-19 em seus contratos de arrendamento.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

20. Provisão para contingências

O Grupo é parte em vários processos judiciais e administrativos de naturezas tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios. A Administração da Companhia acredita que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais.

As provisões para contingências foram constituídas para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

O quadro a seguir demonstra a mutação das provisões para contingências:

	Controladora e Consolidado			Saldo
	Tributárias (a)	Trabalhistas (b)	Cíveis e Adm. (c)	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.081	11.944	3.737	16.762
Provisões	928	1.272	1.100	3.300
Encargos financeiros	26	1.126	385	1.537
Reversão de provisões	-	(849)	(103)	(952)
Pagamentos	-	(3.217)	(2.074)	(5.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.035	10.276	3.045	15.356
Provisões	548	1.169	223	1.940
Encargos financeiros	106	949	254	1.309
Reversão de provisões	(505)	(309)	(181)	(995)
Pagamentos	(418)	(2.666)	(801)	(3.885)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.766	9.419	2.540	13.725

O total de pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi de R\$ 3.885 (2021: R\$ 5.291), sendo R\$ 2.666 (2021: R\$ 3.217) referente a contingências trabalhistas, R\$ 801 (2021: R\$ 2.074) referente a contingências cíveis e administrativas, e R\$ 418 referente a contingências tributárias. Não houve pagamento referente a contingência tributária em 2021.

a) Tributárias

A maior parte das contingências tributárias do Grupo se refere a (i) glosa de créditos de ICMS em decorrência de guerra fiscal, (ii) glosa de créditos de PIS/COFINS importação viabilizados por decisão judicial, (iii) autuação decorrente de utilização de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL após incorporação, e (iv) exclusões indevidas de parcelamentos federais.

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra o Grupo se referem a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por danos material e moral decorrentes de acidente de trabalho e/ou doença ocupacional, bem como discussões acerca de eventuais verbas rescisórias.

Os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e depósitos recursais totalizavam o montante de R\$ 3.760 em 31 de dezembro de 2022 (2021: R\$ 4.083). Não existem provisões que possuam bens como garantia na área trabalhista.

c) Cíveis e administrativas

A maior parte das ações nas quais o Grupo figura como réu se refere, sobretudo, a ações de representantes comerciais e de cobranças fundadas em motivos variados.

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia é parte ativa em alguns processos de ação declaratória de nulidade de títulos e sustações de protestos, dentre outros, para os quais é provável a entrada de benefícios econômicos futuros para a entidade, cujo montante em andamento em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 637 (2021: R\$ 375).

O Grupo possui passivos contingentes que não estão sujeitos ao registro contábil, conforme normas vigentes, por serem classificados pela Administração e seus assessores legais como de risco possível. Tais contingências estão assim representadas:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Tributária	275.968	253.673
Trabalhista	23.232	21.851
Cível	17.149	15.592
	316.349	291.116

Abaixo estão detalhadas as principais causas de natureza tributária, cujas expectativas de perdas foram classificadas como possível e valor superior a R\$ 10.000:

Autor: Receita Federal do Brasil

- I. Auto de infração de IRPJ (proc. 10380.724500/2010-47), no valor de R\$ 14.806, lavrado por supostamente não ter sido respeitado o limite de 30% para utilização de prejuízo fiscal após incorporação. Aguarda-se julgamento administrativo.
- II. Auto de infração de multa (proc. 18220.726610/2021-41) no valor de R\$ 19.542, decorrente de compensação não homologada no PAF 10380.908060/2019-17, referente a pedido de compensação de créditos de PIS/COFINS sobre importação.
- III. Ação Anulatória (Proc. 0817443-64.2021.4.05.8100), contra a cobrança do débito controlado pelo Auto de Infração de IRPJ e CSLL de nº 10380.732850/2012-49, no valor total de R\$ 27.959, relativo aos anos calendários de 2007 e 2008, em razão da compensação indevida de prejuízos fiscais e de bases negativas da CSLL, face à incorporação da J. MACÊDO S/A pela ÁGUIA S/A. Aguarda-se julgamento judicial.
- IV. Ação anulatória (proc. 0818046-40.2021.4.05.8100), no valor de R\$ 14.217, contra a exclusão da empresa do REFIS na modalidade "Lei 11.941 - RFB - demais débitos art. 1º." e sua reabertura da Lei 12.865, ambos quitados antecipadamente com RQA. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Estado de São Paulo

- I. Execução fiscal proveniente de auto de infração de ICMS (proc. 0019881-14.2009.8.26.0562), no valor de R\$ 25.967, referente a supostas remessas de farinha de trigo para armazém geral e importação de trigo parcialmente destinada a outros Estados. Aguarda-se julgamento judicial.
- II. Execução Fiscal (proc. 1500148-30.2015.8.26.0577), no valor de R\$ 29.013, decorrente de Auto de Infração lavrado com alegação de: (i) entrega de arquivo magnético com supostos erros de informações; e (ii) crédito indevido em decorrência do cálculo utilizado para as saídas isentas. Aguarda-se julgamento judicial.

Autor: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

- I. Execução Fiscal (proc. 0060107-87.2009.8.19.0002) decorrente de Auto de infração lavrado pelo Estado do Rio de Janeiro, no valor de R\$ 31.090, por suposta falta de pagamento de ICMS devido na importação de trigo em grãos que resultou em farelo de trigo. Aguarda-se julgamento judicial.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

21. Subvenções governamentais (Controladora)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia fez jus a R\$ 223.542 em subvenções estaduais (2021: R\$ 182.265).

Em relação às subvenções federais, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apurou base no cálculo do Lucro da Exploração, que gerou uma redução de IRPJ no montante de R\$ 11.464 (2021: não apurou base).

As subvenções federais e estaduais estão descritas a seguir:

a) SUDENE (âmbito federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui na redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos para: (i) industrialização de trigo para a unidade de Fortaleza (desde 2018 até 2027); (ii) fabricação de massas alimentícias e misturas para bolo (desde 2018 até 2027) e (iii) industrialização de trigo e seus derivados (desde 2015 até 2024) para a unidade de Salvador; (iv) fabricação de biscoitos (desde 2017 até 2026) e (v) massas alimentícias (de 2022 até 2031) para a unidade de Simões Filho. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada e reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração.

As normas disciplinadoras do benefício fiscal de redução do imposto de renda, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 4.239 de 27 de setembro de 1963, Decreto nº 64.214/69 e modificações posteriores, estabelecem que as empresas beneficiárias devem anualmente atualizar os seus pleitos na SUDENE, a fim de obterem uma declaração anual para comprovação da situação de regularidade perante a Secretaria da Receita Federal. A Companhia encontra-se regular na SUDENE.

b) PROVIN (Estado do Ceará)

A J.Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até dezembro de 2014, e prorrogado de janeiro de 2015 a dezembro de 2024. A partir de fevereiro de 2016 o pagamento do ICMS diferido passou de 15% para 1% da parcela financiada, mantendo a atualização pela TJLP ao término do período de carência de 24 meses, sendo a diferença (99%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

c) DESENVOLVE (Estado da Bahia)

A Companhia é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica ("DESENVOLVE"), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de setembro de 2005, e modificações posteriores definidas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008, nº 59, de 26 de agosto de 2009, e nº 183, de 17 de dezembro de 2013.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses, ou perdão da dívida mediante o pagamento do valor residual até o dia 20 do mês subsequente ao da apuração. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J.Macêdo até novembro de 2025.

Os recursos incentivados à unidade industrial ocorrem mediante a aplicação de um desconto, quando do vencimento do tributo, de até 81% do ICMS Normal devido ao Estado da Bahia, conforme gerado nas operações da referida unidade.

Em setembro de 2016, o governo da Bahia instituiu condição para concessão e manutenção de benefícios e incentivos fiscais, condicionando o benefício da Companhia ao pagamento do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECEP) no período de setembro de 2016 a dezembro de 2018, e que foi prorrogado até 31 de dezembro de 2022. O FECEP é considerado um encargo e corresponde a 10% do valor do benefício usufruído com base no valor do desconto do ICMS obtido na data da liquidação antecipada da parcela do imposto, cujo prazo tenha sido dilatado.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

d) Crédito presumido (Estado da Bahia)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido de 16,67% nas saídas de mistura para bolo, pó para sobremesa e fermento nas operações interestaduais, e redução da base de cálculo de ICMS em 41,18% para os mesmos itens nas operações internas.

e) Crédito outorgado (Estado de Goiás)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% sobre as saídas interestaduais tributadas a 12%.

f) Crédito presumido (Estado do Paraná)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito presumido nas saídas de farinha de trigo nos seguintes casos: 10% - Saídas para MG, RJ e SP; e 5% - Saídas para PR e demais saídas interestaduais tributadas a 12%.

g) Crédito outorgado (Estado de São Paulo)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 7% nas saídas internas de farinha de trigo e massas.

h) Crédito outorgado (Estado de Pernambuco)

A J.Macêdo S.A. possui o benefício de crédito outorgado de 3% nas entradas de transferência e saídas interestaduais de misturas, fermentos e sobremesas.

i) Crédito Presumido (Estado de Minas Gerais)

A J.Macêdo S.A. possui incentivo de crédito presumido, obtido por meio de Regime Especial, para as filiais estabelecidas no Estado de Minas Gerais. O crédito presumido é calculado de forma a zerar a carga tributária nas saídas de farinha de trigo oriundas da moagem realizada no Estado, para a filial Moinho.

A seguir, o quadro resumo dos incentivos federais e estaduais constituídos, que totalizaram no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, uma reserva de R\$ 493.394, acrescida de R\$ 3.427 referente a sobra de reserva legal constituída em 2019 acima do limite de 20% do capital social, e dos quais R\$ 69.148 foram utilizados na absorção de prejuízo do exercício de 2019, resultando num saldo de reserva constituída de R\$ 427.873.

	Incentivos fiscais			Reserva de incentivos fiscais			
	Federais	Estaduais	Total	Constituída	Ajuste entre reservas	Absorção de prejuízos	Reserva constituída
2003 a 2018	8.517	456.461	464.977	(379.154)	-	-	(379.154)
2019	-	128.450	128.450	-	-	69.148	69.148
2020	-	134.124	134.124	(102.976)	(3.427)	-	(106.403)
2021	-	182.265	182.265	-	-	-	-
2022	11.464	223.542	235.006	(11.464)	-	-	(11.464)
	19.981	1.124.842	1.144.822	(493.594)	(3.427)	69.148	(427.873)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o capital social subscrito e integralizado estava representado conforme quadro abaixo:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Capital social	132.042	132.042
Ações nominativas - Quantidade:		
Ordinárias	10.674.856	10.674.856
Preferenciais classe A	8.691.558	8.691.558
Preferenciais classe B	1.296	1.296
	19.367.710	19.367.710

O capital social autorizado da Companhia é de 200.000.000 ações, sendo 100.000.000 ordinárias e 100.000.000 preferenciais, nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

b) Reserva de lucros - Incentivos fiscais estaduais e federais

Refere-se ao incentivo fiscal federal de redução do imposto de renda e incentivo estadual de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, conforme comentado na Nota 21.

c) Outros resultados abrangentes

i) Ajustes acumulados de conversão: Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimento no exterior.

ii) Benefícios pós-emprego: benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98 (Nota 25 b).

d) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal, limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos, conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembleia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

	<u>Controladora</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	317.857	134.302
(+/-) Ajuste de avaliação patrimonial	247	468
(-) Reservas de lucros: incentivos fiscais	(11.464)	-
Base de cálculo dos dividendos	306.640	134.770
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(76.660)	(33.692)
(-) Dividendos complementares	(124.347)	(101.078)
(-) Remuneração aos acionistas	(201.007)	(134.770)
Saldo de lucros a destinar	105.633	-
(-) Reserva de retenção de lucros	(105.633)	-

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

23. Receita líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta de vendas	3.304.804	2.687.589	3.310.541	2.691.493
(-) Impostos	(293.833)	(251.554)	(294.728)	(252.459)
(-) Devoluções	(15.553)	(15.143)	(15.553)	(15.143)
(-) Abatimentos e outros	(86.286)	(58.595)	(86.286)	(58.595)
Receita líquida de vendas	2.909.132	2.362.297	2.913.974	2.365.296

24. Custos e despesas operacionais

a) Por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Matérias-primas e embalagens	(1.791.061)	(1.544.034)	(1.794.629)	(1.546.201)
Pessoal	(265.035)	(209.013)	(265.180)	(209.173)
Serviços de terceiros e fretes	(246.120)	(204.842)	(246.541)	(205.357)
Depreciação e amortização	(55.359)	(57.243)	(55.755)	(57.623)
Outros	(157.017)	(150.188)	(157.741)	(150.784)
	(2.514.592)	(2.165.320)	(2.519.846)	(2.169.138)

b) Por função

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custos dos produtos vendidos	(2.093.526)	(1.812.041)	(2.097.490)	(1.814.589)
Despesas com vendas	(303.204)	(260.626)	(303.204)	(260.626)
Despesas gerais e administrativas (a)	(117.862)	(92.653)	(119.152)	(93.923)
	(2.514.592)	(2.165.320)	(2.519.846)	(2.169.138)

(a) Constituídas por despesas gerais, administrativas, honorários da Administração, depreciação e amortização.

25. Benefícios a empregados

a) Benefícios de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ordenados e salários	(82.968)	(73.584)	(84.372)	(74.886)
Custos de previdência social	(35.110)	(30.792)	(35.528)	(31.207)
Participação nos resultados	(15.563)	(10.966)	(15.563)	(10.966)
	(133.641)	(115.342)	(135.463)	(117.059)

b) Benefícios pós-emprego

Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica ao ex-empregado aposentado e demitido sem justa causa ou o ex-empregado demitido sem justa causa, desde que atendam às exigências previstas na Lei 9.656/98, especialmente pelos artigos 30 e 31, assim como às disposições contratuais vigentes no Contrato Coletivo firmado. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

Anualmente, a Companhia contrata uma consultoria para avaliação do passivo atuarial, com base nas regras estabelecidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC, anexo à CVM nº 695, relativa à Extensão de Cobertura Médica decorrente dos artigos 30 e 31 da Lei 9656/98 e empregados afastados.

Em 28 de fevereiro de 2021 houve um evento especial que impactou fortemente o resultado do exercício e resultou numa importante redução do saldo do passivo atuarial. Trata-se de uma alteração no contrato do plano de saúde que antes era estruturado por preço médio e passou a ser estruturado por faixa etária, o que, entre outros impactos, acarretou a redução do número de aposentados no Programa, decorrentes da Lei nº 9.656/98.

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo atuarial líquido do plano de benefício definido foi mensurado no valor de R\$ 3.034 (2021: R\$ 4.606), em contrapartida de R\$ 11.392 (2021: R\$ 13.330), em outros resultados abrangentes. Consequentemente, no exercício de 2022 tivemos um efeito devedor líquido de R\$ 366 referente ao custo do serviço corrente e juros sobre obrigação atuarial (2021: R\$ 11.914 credor ref. a custo do serviço corrente e passado e juros de obrigação atuarial).

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Benefícios pós-emprego (a)	(20)	12.498	(20)	12.498
Créditos extemporâneos	1.846	5.044	1.846	5.044
Varição no valor justo das propriedades para investimentos	911	1.490	911	1.490
Provisão / perdas em estoque	(2.420)	(4.947)	(2.420)	(4.947)
Contingências líquidas	(1.882)	(3.986)	(1.882)	(3.986)
Resultado na venda/baixa de ativos	(1.519)	(1.674)	(1.519)	(1.674)
Reversão / (provisão) de honorários de êxito	116	(783)	116	(783)
Outras receitas (despesas), líquidas	(3.890)	(2.727)	(3.706)	(2.208)
	(6.858)	4.915	(6.674)	5.434

- (a) O Custo do serviço corrente e passado no resultado de 2021 foi impactado por um evento especial no benefício pós-emprego conforme explicado na Nota 25.b.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	8.557	3.111	8.557	3.111
Variações monetárias e cambiais ativas	24.015	13.540	24.015	13.540
Rendimentos de aplicações financeiras	18.830	6.795	18.830	6.795
Outras receitas financeiras	25	6.737	183	6.969
	51.427	30.183	51.585	30.415
Despesas financeiras				
Ajuste a valor de mercado (derivativos)	(15.553)	(4.708)	(15.553)	(4.708)
Variações monetárias e cambiais passivas	(24.843)	(24.135)	(24.843)	(24.135)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(61.255)	(50.667)	(61.255)	(50.667)
Outras despesas de juros	(3.791)	(3.500)	(9.352)	(5.225)
Tarifas bancárias	(325)	(308)	(325)	(308)
Outras despesas financeiras	(7.979)	(7.587)	(8.023)	(7.650)
	(113.746)	(90.905)	(119.351)	(92.693)
Resultado financeiro	(62.319)	(60.722)	(67.766)	(62.278)

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

a) Instrumentos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

Os valores justos estimados de ativos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, foi requerido um considerável julgamento na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

- *Nível 1* – Preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- *Nível 2* – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- *Nível 3* – Inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia mantém contratos de “swap” registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração utilizado está classificado no nível 2 e não houve mudança entre níveis ao longo do exercício.

Os valores justos dos financiamentos registrados nas demonstrações contábeis aproximam-se dos valores contábeis em virtude de as operações serem na sua maioria efetuadas a juros pós-fixados e as aplicações apresentarem disponibilização imediata.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Seguem os ativos e os passivos financeiros na posição de 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	13.246	9.406	13.246	9.406
Equivalentes de caixa	136.331	85.147	136.331	85.147
Aplicações financeiras	-	13.762	-	13.762
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	352.347	192.145	352.347	192.145
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	2.336	1.518	2.336	1.518
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operações de “swap”	16.375	-	16.375	-
	520.635	301.978	520.635	301.978
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	116.901	179.585	138.746	205.124
Debêntures	325.803	386.920	336.544	401.539
Fornecedores	252.011	233.838	252.011	233.838
Arrendamentos	20.344	24.624	20.344	24.624
Empréstimos e outras contas a pagar a partes relacionadas	1.188	7.463	1.188	7.463
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de “swap”	8.040	1.044	8.040	1.044
	724.287	833.474	756.873	873.632

J. Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros:				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Bancos conta movimento	34.207	55.667	34.207	55.667
Equivalentes de caixa	136.636	85.169	136.636	85.169
Aplicações financeiras	-	13.762	-	13.762
<u>Custo amortizado</u>				
Contas a receber de clientes	352.534	192.804	352.534	192.804
Empréstimos e recebíveis com partes relacionadas	2.336	210	2.336	210
Ativos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operações de “swap”	16.375	-	16.375	-
	542.088	347.612	542.088	347.612
Passivos financeiros:				
<u>Custo amortizado</u>				
Empréstimos e financiamentos	116.901	179.585	138.746	205.124
Debêntures	325.803	386.920	336.544	401.539
Fornecedores	252.169	278.849	252.169	278.849
Arrendamentos	20.344	24.624	20.344	24.624
Passivos financeiros derivativos				
<u>Valor justo por meio do resultado</u>				
Operação de “swap”	8.040	1.044	8.040	1.044
	723.257	871.022	755.843	911.180

b) Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo, além dos derivativos, referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo. Os principais ativos financeiros do Grupo incluem contas a receber e caixa e equivalentes a caixa que resultam diretamente de suas operações.

O Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que estes são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas do Grupo.

É política do Grupo não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um dos riscos resumidos a seguir.

c) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, debêntures, derivativos e fornecedores.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existente em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

A seguinte premissa foi adotada no cálculo das análises de sensibilidade: a sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e os passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

No cenário provável avaliado pela Administração, foi considerada a manutenção no vencimento de cada uma das operações dos indicadores atualmente sinalizados por meio das curvas de mercado (moedas e juros) da

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

B3, assim como dados disponíveis em fontes independentes como o IBGE, Banco Central e FGV. Dessa maneira, no cenário provável, não há impacto relevante sobre o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos.

Considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações não circulantes sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial CDI, TJLP e IPCA.

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia contratou uma operação do tipo swap para o saldo em aberto naquela data ref. à 5ª emissão de Debêntures, objetivando a troca da variação de 100% do IPCA (base 252 lin) mais taxa média prefixada por uma variação de 100% CDI (base 360 exp) mais taxa média prefixada. A seguir os saldos desse instrumento financeiro derivativo em 31 de dezembro de 2022.

31 de dezembro de 2022	Valor Notional (R\$)	Valor justo		Resultado no exercício
		Ativo financeiro derivativo	Passivo financeiro derivativo	
Inst. financeiros derivativos	242.726	16.375	8.040	(6.996)
	Circulante	16.375	8.040	
	Não circulante	-	-	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia registrou um resultado financeiro negativo de R\$ 6.996 (31 de dezembro de 2021: R\$ 553).

Na data das demonstrações contábeis, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros do Grupo era:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<u>Instrumentos de taxa fixa</u>				
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(120)	(26.331)	(120)	(26.331)
	(120)	(26.331)	(120)	(26.331)
<u>Instrumentos de taxa variável</u>				
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa	136.331	85.147	136.636	85.169
Aplicações financeiras	-	13.762	-	13.762
Derivativos	16.375	-	16.375	-
<u>Passivos financeiros</u>				
Empréstimos e financiamentos	(116.781)	(153.254)	(116.781)	(153.254)
Debêntures	(325.803)	(386.920)	(325.803)	(386.920)
Derivativos	(8.040)	(1.044)	(8.040)	(1.044)
	(297.918)	(442.309)	(297.613)	(442.287)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros fixa

O Grupo não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e o Grupo não designa derivativos (swaps de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumentos de taxa de juros variável

A tabela a seguir demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	<u>Aumento/(redução) em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
31/12/2022	(25%) (50%)	(10.102) (20.204)
31/12/2021	(25%) (50%)	(10.175) (20.351)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro oscilar devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às atividades operacionais com fornecedores estrangeiros.

Atividades operacionais

Em geral, o Grupo protege de 80% a 100% de sua exposição esperada de moeda estrangeira em relação a suas compras de trigo realizadas para os próximos três meses. O Grupo não tem exposição em moeda estrangeira nas contas a receber de clientes e o principal contas a pagar a fornecedores em moeda estrangeira refere-se ao trigo.

Exposição à moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo não possui saldos em aberto de empréstimos em moeda estrangeira, sendo a exposição apenas de fornecedores. Segue a exposição líquida do Grupo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores estrangeiros	130.629	131.049	130.629	176.153
Exposição líquida	130.629	131.049	130.629	176.153

	<u>Aumento/(redução) em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>	
		<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
31/12/2022	25% 50%	32.657 65.315	32.657 65.315
31/12/2021	25% 50%	32.762 65.525	44.038 88.077

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas *commodities*. Suas atividades operacionais requerem aquisição de trigo e açúcar para produção de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas. Devido ao aumento significativo dos preços dessas *commodities*, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de *commodities*.

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

A Companhia buscou proteção à alta dos preços alongando seus estoques, firmando contratos de fornecimento com preços fixos antecipadamente e reposicionando seus preços de venda, além de operar com contratos firmados de compra de trigo para pagamento e entrega futura.

Riscos de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente em relação a contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em uma política de crédito adequada às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com 16 clientes (31 de dezembro de 2021: 9 clientes) que deviam mais de R\$ 3.000 cada e eram responsáveis por 59% (31 de dezembro de 2021: 40,20%) de todos os recebíveis.

Dos clientes ativos da Companhia, 70,27% (31 de dezembro de 2021: 66,69%) vêm operando há mais de dois anos, e nenhuma perda por recuperabilidade foi reconhecida para esses clientes. No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo se esses clientes são atacadistas, varejistas ou outros clientes. Clientes que são ranqueados como “risco alto” são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pelo comitê de gestão de risco, e as vendas são realizadas somente com pagamento à vista. Não houve alterações relevantes da política de crédito da Companhia.

A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis na data do relatório por tipo e por dependência de cliente foi:

Risco de crédito – tipo de cliente	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Clientes – Atacado	320.322	169.152	320.322	169.152
Clientes – Varejo	43.742	30.359	43.742	30.359
Outros clientes	3.798	3.373	3.985	4.032
	367.862	202.884	368.049	203.543

Risco de crédito – concentração de carteira	Consolidado			
	31/12/2022	%	31/12/2021	%
Maior cliente	89.987	24,5	30.237	14,9
2º a 11º maior cliente	111.876	30,4	55.672	27,4
12º a 50º maior cliente	68.016	18,5	43.202	21,2
Demais clientes	98.170	26,6	74.432	36,5
	368.049	100	203.543	100

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos e expectativas de perdas na realização das contas a receber.

A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nesta Nota. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 40% (2021: 42%) de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores, os quais estão inseridos no grupo Clientes – Atacado.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com caixas e equivalentes de caixa é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos, substancialmente, em aplicações financeiras de curto prazo e de baixo risco nas principais instituições financeiras. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é o valor registrado como demonstrado nesta nota explicativa.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontraria dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Atualmente esse risco encontra-se mitigado.

A prática da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e arrendamentos. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo de empréstimos e financiamentos e debêntures são apresentados, respectivamente, nas Notas 17 e 18.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas físicas e jurídicas.

O objetivo principal da gestão de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Não ocorreu alteração no capital social da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro 2022 em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Também não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o mesmo exercício e exercício anterior.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2022 a estratégia do Grupo foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 20% e 40% (2021: entre 40% e 50%) e uma classificação de crédito AA- na escala da Fitch Ratings. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021 encontram-se apresentados a seguir:

J.Macêdo S.A. e suas controladas

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado	
	2022	2021
Dívida líquida	263.526	412.951
Total do patrimônio líquido	896.332	577.002
Capital total	1.159.858	989.953
Índice de alavancagem financeira - %	23	42

29. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fretes a pagar	21.095	14.072	21.095	14.072
Provisão bônus administração	15.000	-	15.000	-
Verbas e acordos c/ clientes	9.894	6.906	9.894	6.906
Provisão honorários de êxito	3.053	3.170	3.053	3.170
Outras contas a pagar	3.767	5.838	4.526	6.797
	52.809	29.986	53.568	30.945
Circulante	(49.756)	(26.539)	(50.514)	(27.498)
Não Circulante	3.053	3.447	3.054	3.447

30. Cobertura de seguros (não auditado)

Em 31 de dezembro de 2022, as apólices da Companhia em vigor retratam as seguintes coberturas:

	Controladora e Consolidado
	31/12/2022
Modalidade:	
Responsabilidade civil (a)	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	392.463
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	270.816
	683.279

(a) Limitado a R\$ 10.000 por sinistro ou ocorrência.

A Administração da Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques são considerados suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

* * *

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Relatório dos Auditores Independentes

Declaramos, na qualidade de diretores da J.Macêdo S.A., sociedade por ações com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, na Rua Benedito Macêdo, 79, Cais do Porto, CEP 60.180-415, inscrita no CNPJ sob o nº 14.998.371/0001-19, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório do auditor independente e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022

J. Macêdo S.A.

Fortaleza, 20 de março de 2023

Irineu José Pedrollo
Diretor Presidente

Alexandre José Afexe
Diretor de Relações com Investidores

Dirceu Véspero
Diretor

Marcos Augusto Pereira
Diretor

Eduardo Ítalo Oliveira Maia
Diretor

Rogério Azoubel
Diretor

Gustavo Henrique Coelho Pereira
Diretor

J. MACÊDO S.A.
COMPANHIA ABERTA – CVM: 2115-6
CNPJ: 14.998.371/0001-19
NIRE: 23.3.0002679-9

ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE AUDITORIA, FINANÇAS E RISCO
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023 – (1ª/2023)

DATA, HORÁRIO E LOCAL: No dia 14 de março de 2023, às 14h, na sede da Companhia, situada na Rua Benedito Macêdo, nº 79, Cais do Porto, Fortaleza, Ceará, CEP 60.180-900.

PRESENCAS: A totalidade dos membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, conforme assinaturas lançadas ao final desta ata.

ORDEM DO DIA: Analisar, discutir e aprovar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

COMPOSIÇÃO DA MESA: **Alexandre José Afexe** (Presidente da Mesa); e **Roberto Proença de Macêdo** (Secretário da Mesa).

DELIBERAÇÕES: Os membros do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco, procederam ao exame e análise do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia e suas empresas controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 (“Demonstrações Financeiras Anuais de 2022”). Considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, a totalidade dos Membros aprovou, por unanimidade, as Demonstrações Financeiras Anuais de 2022 e recomendou a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS: **Alexandre José Afexe** (Presidente da Mesa / Coordenador Executivo do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Roberto Proença de Macêdo** (Secretário da Mesa / Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Bruno Macêdo Rosa** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Daniel Macedo Pitta** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); **Francisco Stênio**

Martins Gomes da Silva (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco); e **Ravi Alencar de Macêdo** (Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco).

A presente ata é cópia fiel da via original lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco da Companhia.

Fortaleza, 14 de março de 2023.

ALEXANDRE JOSÉ AFEXE

Presidente da Mesa

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

ROBERTO PROENÇA DE MACÊDO

Secretário da Mesa

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

BRUNO MACÊDO ROSA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

RAVI PROENÇA DE MACÊDO

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

DANIEL MACEDO PITTA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco

FRANCISCO STÊNIO MARTINS GOMES DA SILVA

Membro do Comitê de Auditoria, Finanças e Risco